

Sumário executivo

PREPARE SENTAÇÃO VIDA DE

Malu A. C. Gatto, PhD
Guilherme A. Russo, PhD
Débora Thomé, PhD

DEZEMBRO DE 2021

INSTITUTO

UPDATE

+REPRESENTATIVIDADE | Sumário Executivo

Pesquisa

Coordenação Geral

Tulio Malaspina

Coordenação da Pesquisa

Malu A. C. Gatto

Estratégia Qualitativa

Débora Thomé

Estratégia Quantitativa

Guilherme A. Russo

Colaboração

Caroline Caldas e Karine Belarmino

Financiadores

Fundação Friedrich Ebert – Brasil

Fundação Tide Setubal

Instituto Galo do Amanhã

Luminate

Dezembro de 2021

Publicação

Coordenação Editorial

Marcelo Bolzan

Produção

Jéssica Cerqueira

Projeto Gráfico e Diagramação

Ana Cristina Silveira/AnaCê Design

Redação

Débora Thomé, Guilherme A. Russo
e Malu A. C. Gatto

Revisão

Ana Cíntia Guazzelli

Tradução

André Czarnobai

Colaboração

Alejandra Parra, Carol Althaller,
Giulia Fagundes e Laryssa Ramos

Ficha catalográfica: Andrea Godoy Herrera CRB 8/6589

Gatto, Malu A. C.

+Representatividade: sumário executivo / Malu A. C. Gatto,
Guilherme A. Russo, Débora Thomé. - São Paulo: Instituto
Update, 2021. 55 p.: il.

Inclui bibliografia.

ISBN: 978-65-996648-0-9

1. Eleições - Brasil. 2. Gêneros (grupos sociais). 3. Minoria
política. I. Russo, Guilherme A., Thomé, Débora. III. Título.

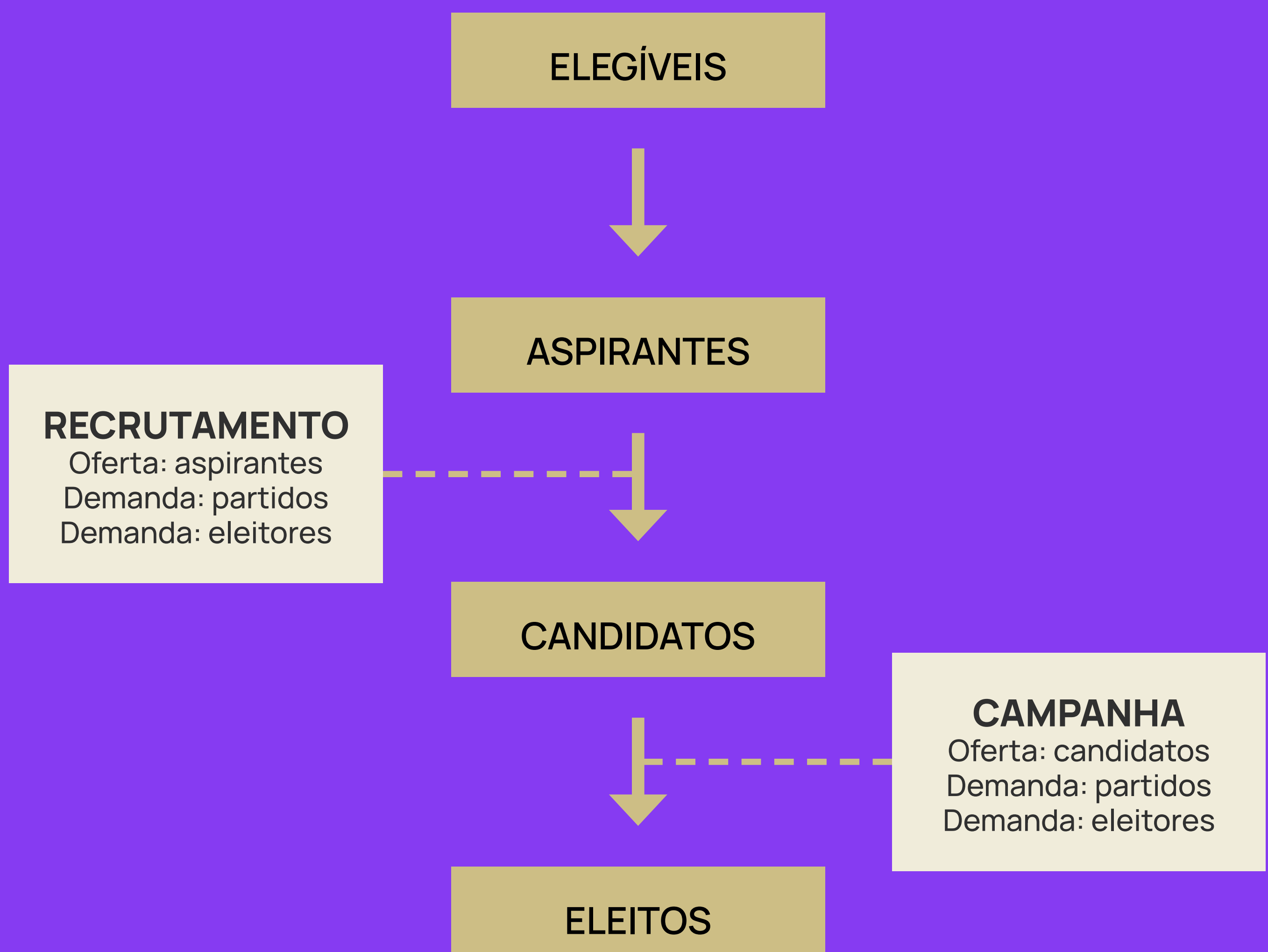
1

Introdução

A ideia de que os/as governantes eleitos/as representam a sociedade está no cerne da democracia representativa. Uma das dimensões da representação é descritiva (Phillips Griffiths and Wollheim 1960; Pitkin 1967), incorporando a ideia de que os/as representantes eleitos/as devem compartilhar características físicas ou sociais específicas – como gênero e raça – com aqueles/as que representam. Entretanto, em todo o mundo, os processos democráticos raramente produzem retratos que refletem a sociedade de forma descritiva: tradicionalmente, a maioria das legislaturas é – e historicamente tem sido – dominada por “homens ricos que pertencem a majorias étnicas” (Murray 2014, 520).

Analistas costumam olhar para o número de assentos ocupados em legislaturas e cargos executivos para identificar os sinais de exclusão de grupo, mas é importante reconhecer que a trajetória para se tornar um/a representante é composta de muitos estágios, nos quais lacunas de representação podem surgir e reforçar umas às outras (Freidenberg 2018). Ou seja, de acordo com a **Figura 1**, antes de se tornar um/a representante eleito/a, indivíduos são, primeiro, *elegíveis* (cidadãos/ãs que podem concorrer a cargos), depois *aspirantes* (cidadãos/as que desejam concorrer a cargos) e, por fim, *candidatos/as* (cidadãos/ãs que oficialmente são candidatos/as a cargos).

FIGURA 1. Trajetórias políticas e fatores que potencialmente contribuem para as lacunas de representação.



Lacunas de representação se manifestam principalmente como um produto das ações dos partidos e eleitores/as durante: 1) processos de recrutamento, por meio dos quais os/as aspirantes se tornam candidatos/as; e 2) campanhas eleitorais, quando candidatos/as de grupos distintos competem em condições desiguais.

Na fase de recrutamento de candidatos/as, podem ser criadas regras para promover a representação de grupos marginalizados. Uma instituição formal desse tipo são as cotas, que reservam uma parcela específica das indicações em suas listas de candidatos/as para um grupo politicamente marginalizado (Bush 2011; Hughes et al. 2019; Hughes, Krook; Paxton 2015; Krook 2004). Em todo o mundo, o tipo mais comum de cotas eleitorais reserva espaço para mulheres, mas também existem cotas de candidatura e assentos reservados com base em etnia e idade também existem em outros países (Htun 2004; Htun and Ossa 2013; International IDEA 2018).

Além das instituições, dois grupos de atores – partidos e eleitores/as – também podem influenciar o processo de recrutamento de candidatos/as. Em muitos sistemas eleitorais, incluindo o brasileiro, os/as candidatos/as não podem concorrer como independentes, de modo que os/as aspirantes dependem de partidos que incluam seus nomes nas chapas. Conseqüentemente, os/as líderes partidários atuam como *gatekeepers* (ou seja, quem decide sobre) dessas indicações, o que significa que os processos de recrutamento dos partidos determinam, em grande parte, quem se torna – e quem não se torna – um/a candidato/a, bem como quais grupos estão sobre ou sub-representados no processo eleitoral (Rezende 2020; Sacchet 2011).

Ao contrário dos partidos, os/as eleitores/as não têm influência direta sobre os processos de seleção de candidatos/as (a menos que exista um sistema de primárias), mas eles/as ainda podem influenciar a seleção de candidatos/as de forma indireta. Como os partidos desejam obter apoio eleitoral, eles têm incentivos para levar em conta as preferências dos/as eleitores/as e oferecer opções que maximizem suas chances de sucesso nos pleitos (Downs 1957). As demandas dos/as eleitores/as por candidatos/as de grupos politicamente marginalizados podem, dessa maneira, apontar a viabilidade eleitoral dos/as candidatos/as desses grupos e incentivar os partidos a recrutá-los (O'Brien 2018).

Partidos e eleitores/as também podem influenciar a representação descritiva de grupos marginalizados na fase da campanha eleitoral. Evidentemente, como os recursos do partido são finitos, os/as líderes partidários/as tendem a priorizar certos/as candidatos/as em detrimento de outros/as (Avelino e Biderman 2019; Samuels 2001). Políticos/as que já ocupam cadeiras (os incumbentes) geralmente entram na disputa com uma vantagem eleitoral sobre os/as estreantes: as pessoas reconhecem seus nomes, o que os/as faz mais conhecidos/as que os/as estreantes, além de também terem bastante experiência prévia com campanhas e o acesso a uma série de recursos monetários associados ao cargo que ocupam. Uma vez que os/as incumbentes tendem a ser homens brancos, os recursos costumam ser desigualmente distribuídos de acordo com gênero e raça (Avelino e Biderman 2019; Bueno e Dunning 2017; Ferreira Rubio 2009; Machado e Campos 2020; Meneguello et al. 2012; Sacchet e Speck 2012; Speck e Mancuso 2014; Wylie 2020).

Os/as eleitores/as também podem influenciar o grau de competitividade dos/as candidatos/as. Ao indicar sua preferência por candidatos/as específicos/as nas urnas, por exemplo, têm voz direta sobre quem é eleito/a e quem não é. Isso significa que a disposição dos/as eleitores/as em apoiar candidatos/as de grupos politicamente marginalizados também pode influenciar as chances futuras de maior representação destes grupos (Campbell e Cowley 2014; Sanbonmatsu 2002).

Empregando uma série ampla de dados coletados nos meses imediatamente anteriores e posteriores às eleições municipais de 2020, oferecemos uma avaliação da situação atual das desigualdades políticas nas fases de recrutamento de candidatos/as e campanhas eleitorais. Especificamente, focando em candidaturas de mulheres, de pessoas negras¹ e pessoas LGBTQI+², examinamos os papéis dos partidos, eleitores/as e iniciativas de apoio aos/às candidatos/as – um novo ator na política eleitoral brasileira – na redução de obstáculos à representação de candidatos/as novatos/as.

1. Quando nos referimos pessoas negras, estamos nos referindo ao conjunto dos indivíduos pretos e pardos.

2. Os dados oficiais sobre raça e etnia autodeclarada dos candidatos/as estão disponíveis apenas a partir de 2014. O baixo número de candidaturas de outros grupos raciais e étnicos marginalizados limita nossa capacidade de fornecer análises robustas para esses outros grupos. Além disso, o TSE não coleta dados sobre identidade de gênero e orientação sexual dos/as candidatos/as, o que nos impede de fazer uma avaliação mais abrangente das perspectivas eleitorais das pessoas LGBTQI+. Portanto, nossa avaliação dos obstáculos à representação política de pessoas LGBTQI+ se limita a nossos próprios esforços de coleta de dados. Como consequência da disponibilidade de dados (e de nossa própria experiência como estudiosos/as de gênero), há partes do relatório que estão mais focadas na dinâmica de desigualdades relacionadas às mulheres que em outras fontes de desigualdade.

2

Recrutamento de Candidatos/as

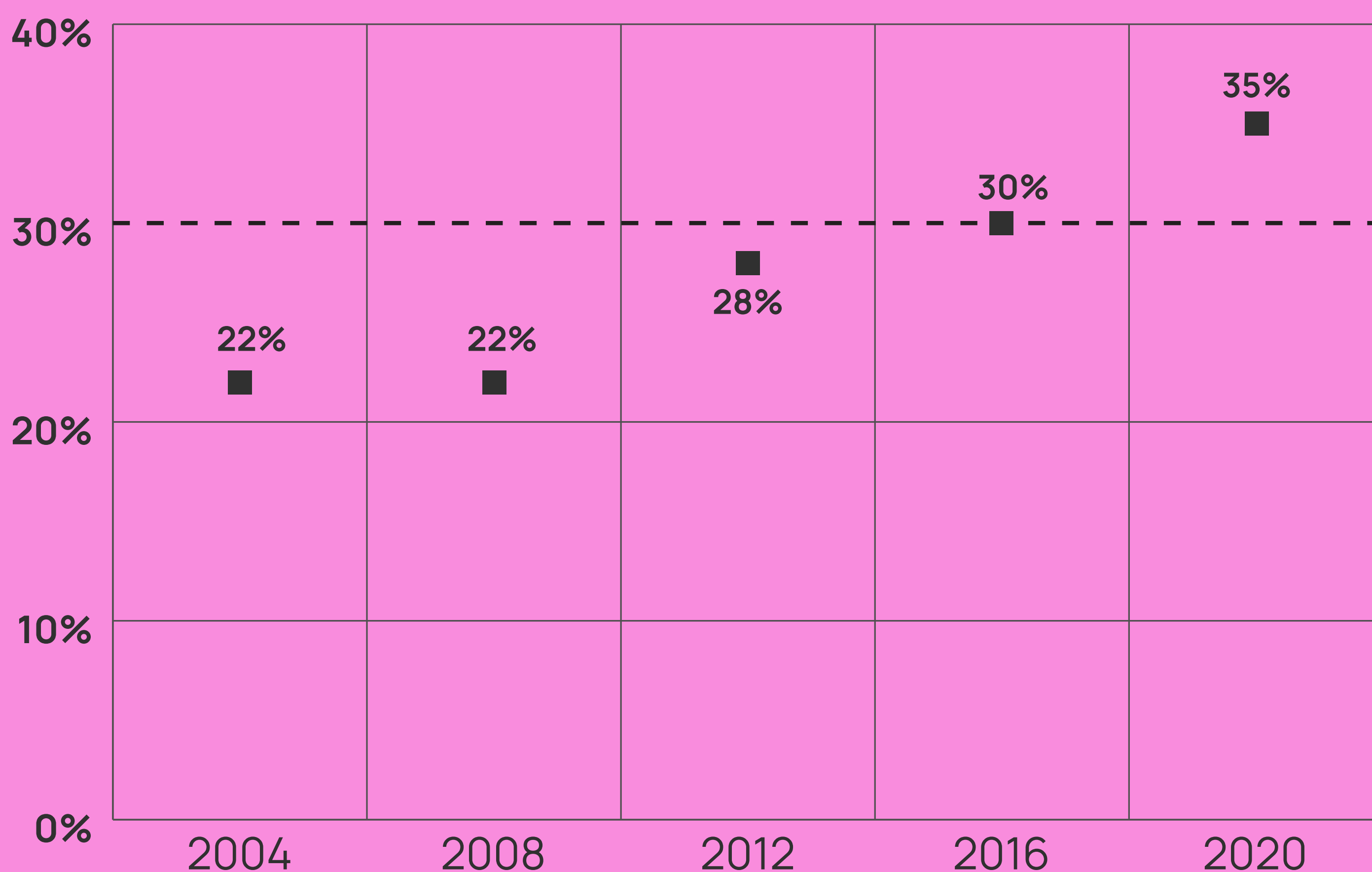
As eleições brasileiras, particularmente as realizadas no nível local, são marcadas por um grande número de candidatos/as. Em 2016, mais de 427.000 candidatos/as concorreram a uma vaga nas Câmaras Municipais e mais de 16.000 disputaram o cargo de prefeito/a. Em 2020, esses números foram ainda maiores:³ foram mais de 513.000 candidatos/as a vereadores/as e 19.000 candidatos/as a prefeitos/as. O perfil demográfico desses/as candidatos/as não se assemelha muito ao da população.

3. Em parte, devido às mudanças nas regras eleitorais que proibiram coalizões em eleições proporcionais.

Para começar, a esmagadora maioria dos/as candidatos/as é formada por homens, especialmente nas disputas para prefeito/a. Em números exatos, 87% dos/as candidatos/as a prefeito/a, em 2020, eram homens; um resultado equivalente a 2016.

Nas eleições para as Câmaras Municipais, às quais se aplica a cota de gênero, o desequilíbrio é menos pronunciado: em 2020, 66% dos/as candidatos/as eram homens, o que representa uma pequena queda em relação aos 70%, em 2016 (**ver Figura 2**). Desde 2009, verificou-se um aumento gradual na presença das mulheres nas chapas, impulsionado principalmente por uma implementação mais ostensiva das cotas de gênero.

FIGURA 2. Percentual de candidatos/as a vereador/a, por gênero (TSE 2020).



O fato das indicações terem ficado acima da cota obrigatória de 30%, em 2020, é promissor e mostra que alguns partidos estão nomeando mais mulheres do que o exigido por lei.

O grupo de candidatos/as também é desequilibrado em termos de raça e etnia. Em 2020, dois, em cada três (67%) candidatos/as a prefeito/a, se identificaram como brancos/as, 31% como pardos/as, 4% como pretos/as, 0,5% como amarelos/as e 0,34% como indígenas. Esses percentuais são semelhantes aos das eleições municipais de 2016. A distribuição racial dos/as candidatos/as às Câmaras Municipais é menos desequilibrada. Especificamente, nas disputas para o cargo de vereador/a, 47% dos/as candidatos/as se identificaram como brancos/as, 40% como pardos/as, 11% como pretos/as, 0,4% como indígenas e 0,3% como amarelos/as. Em contraste com as disputas para prefeito/a, esses percentuais mudaram em comparação aos de 2016, quando 51% dos/as candidatos/as eram brancos/as, 39% eram pardos/as, 9% eram pretos/as, 0,4% eram amarelos/as e 0,3% eram indígenas.

Para entender um pouco sobre a dinâmica desses números, consideramos as possíveis desigualdades raciais e de gênero nas motivações para concorrer a um cargo e, em seguida, examinamos os obstáculos e oportunidades impostos pelos partidos e por eleitores/as durante o processo de recrutamento de candidatos/as. Dados da última pesquisa LAPOP conduzida no Brasil, no início de 2019, indicam que os homens, principalmente os brancos, tendem a se interessar mais por política do que as mulheres, principalmente as pretas e pardas. Especificamente, os dados da pesquisa indicam que enquanto 26% dos homens brancos dizem ter muito interesse em política, apenas 10% das mulheres pretas e pardas expressam o mesmo grau de interesse pela política formal.

Agentes externos podem desempenhar um papel importante na redução das lacunas na ambição política, promovendo maior interesse e mais canais de participação. Como explicou um candidato preto de São Paulo em sua entrevista, o incentivo aos/às estreantes permite que os indivíduos reconheçam suas próprias qualificações políticas e serve como um importante motivador para concorrerem a cargos públicos:

“

SEMPRE TRABALHEI COM PROJETOS SOCIAIS E,
nesses projetos, fui incentivado por alguns amigos que sempre falavam do meu potencial político.

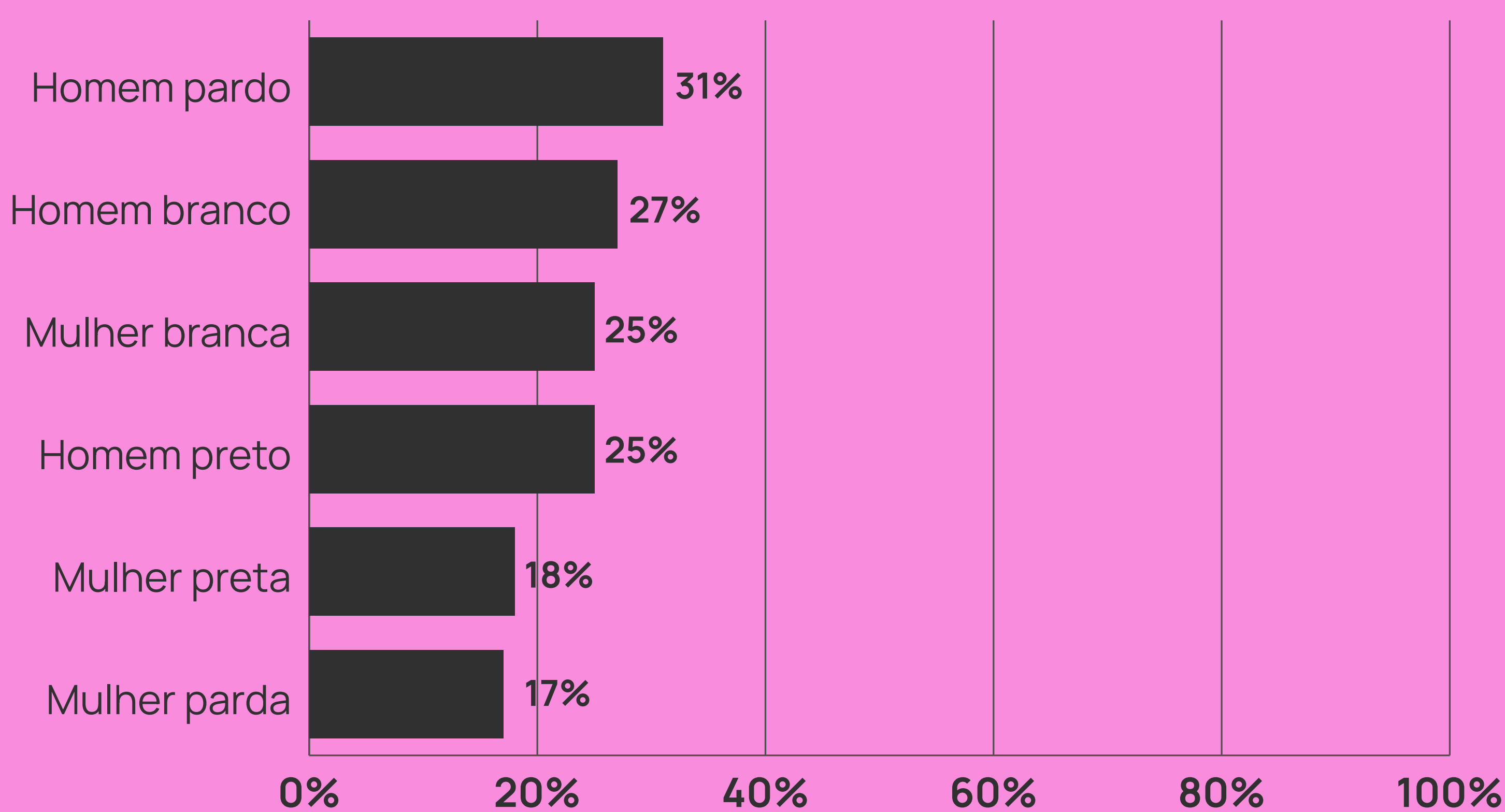
Douglas Fernando, preto, sem iniciativa de apoio,
São Paulo (SP), PMB.

”

Mas os próprios padrões de incentivo podem reproduzir as diferenças raciais e de gênero. Exploramos isso novamente com dados da pesquisa LAPOP, na qual os/as entrevistados/as foram perguntados/as se alguém os/as motivou a se tornar candidatos/as a um cargo eletivo. As análises desses dados sugerem que os homens são incentivados a concorrer a cargos em um grau mais elevado do que as mulheres. Isto é, cerca de 20% dos homens de todos os grupos raciais relatam ter sido motivados por alguém para concorrer a um cargo, enquanto apenas 14% das mulheres pretas, 12% das mulheres brancas e 7% das mulheres pardas relatam ter recebido o mesmo tipo de incentivo.

Entre aqueles/as que relataram receber incentivos, cerca de 25% foram encorajados/as por líderes partidários/as locais ou nacionais. Os homens costumam relatar com mais frequência do que as mulheres que foram motivados pelas elites políticas a concorrer. Enquanto cerca de 31% dos homens pardos, 27% dos homens brancos e 25% dos homens pretos relataram ter recebido incentivo de líderes políticos, 25% das mulheres brancas, 18% das mulheres pretas e 17% das mulheres pardas disseram ter sido motivadas por líderes partidários/as (**ver Figura 3**).

FIGURA 3. Incentivo para concorrer a cargos públicos, por gênero e raça dos entrevistados (LAPOP 2019).

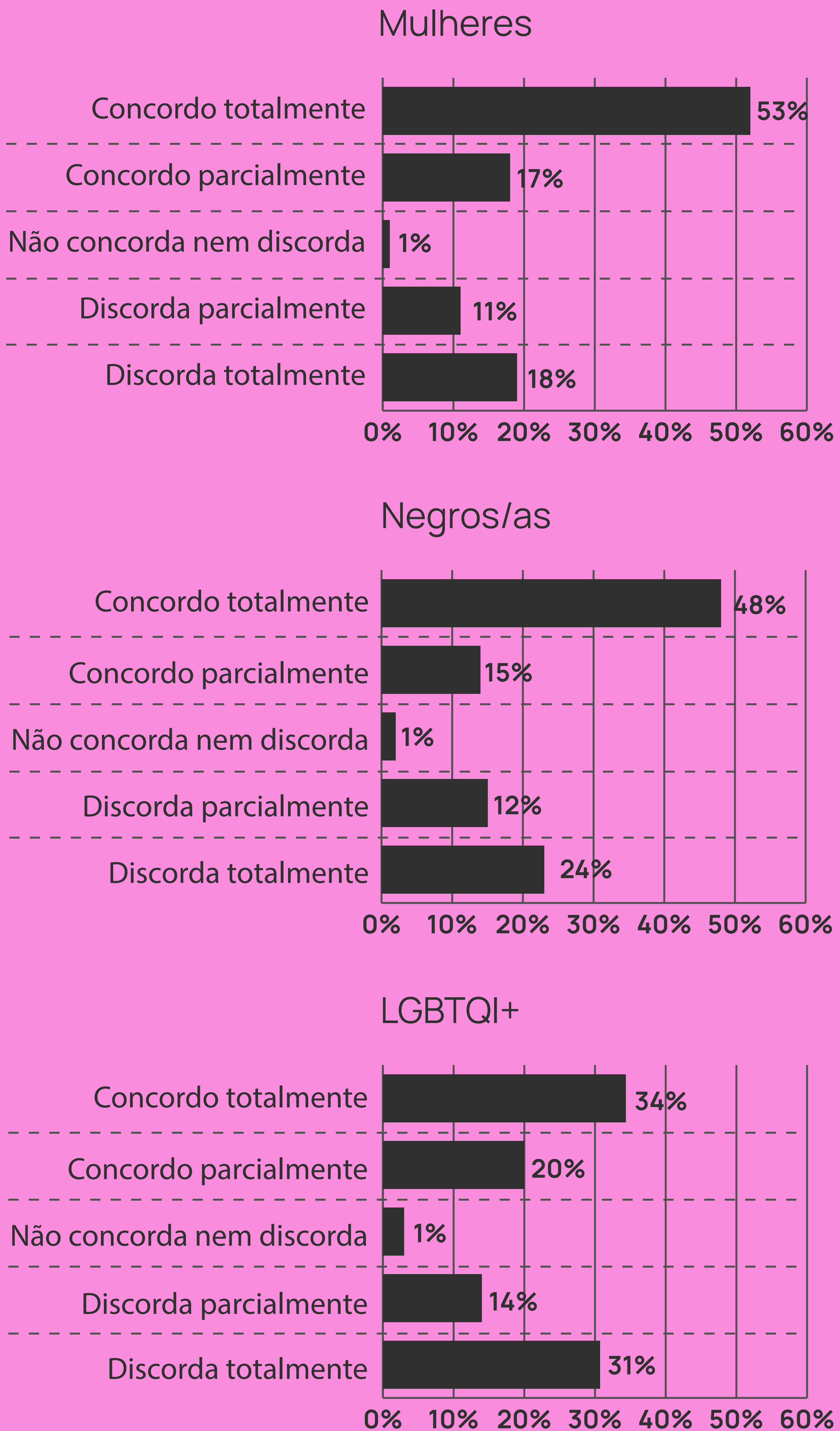


Percentuais mais baixos de recrutamento partidário ativo de aspirantes pretos e mulheres do que de aspirantes homens brancos e pardos podem não apenas significar que as ações dos/as políticos/as aumentam ainda mais a ambição entre os homens brancos, mas também que as pessoas de grupos marginalizados que já decidiram se candidatar encontram obstáculos maiores para encontrar apoio para as suas candidaturas dentro dos partidos.

Os/as eleitores/as não interferem diretamente nos processos de seleção de candidatos/as. Apesar disso, demandas elevadas dos/as eleitores/as por candidaturas de grupos marginalizados podem motivar os partidos a recrutarem candidatos desses grupos. Por sua vez, a ausência de demanda dos/as eleitores/as por candidatos/as de grupos específicos pode desmotivar ou mesmo impor obstáculos ao recrutamento desses indivíduos pelos partidos.

Na pesquisa pré-eleitoral foi perguntado aos/às entrevistados/as até que ponto eles/as concordavam que os partidos deveriam reservar uma parcela específica de vagas em suas listas de candidatos/as para candidaturas de mulheres, negros/as e pessoas LGBTQI+. O apoio a uma cota para as mulheres é maior do que o apoio às cotas para os outros dois grupos: mais de 50% dos/as entrevistados/as concordam totalmente com as cotas para mulheres; entretanto, menos de 35% dos/as entrevistados/as aprovam a reserva de espaço nas listas partidárias para candidatos/as LGBTQI+ (ver Figura 4).

FIGURA 4. Aprovação de cotas de candidaturas para mulheres, afro-brasileiros/as e LGBT (Datafolha 2020).



Para avaliar com maior precisão o apoio dos/as eleitores/as às cotas de candidatos/as para grupos marginalizados, fizemos, aleatoriamente, para metade dos/as entrevistados/as, uma versão da pergunta que mencionava explicitamente que reservar espaços nas listas partidárias para candidatos/as mulheres, negros/as e pessoas LGBTQI+ significaria subtrair vagas de candidatos homens, brancos e heterossexuais. De modo geral, o apoio às cotas é maior quando os/as eleitores/as não são levados/as a considerar que essas políticas reduziriam a presença dos grupos majoritários. O efeito da inclusão deste lembrete diminui o apoio às cotas para todos os grupos, mas principalmente para as pessoas negras, que cai em 17 pontos percentuais (de 57% para 40%). Já o apoio às cotas de gênero e as cotas para pessoas LGBTQI+ cai em 12 pontos percentuais (de 59% para 47% e de 40% para 28%, respectivamente).

Nos grupos focais, os/as eleitores/as reiteraram seu apoio às cotas, em especial para as mulheres. É importante salientar que diversos/as participantes justificaram seu apoio às cotas de gênero com base na percepção de que as mulheres poderiam trazer benefícios para a política:

“

EU GOSTARIA DE VER MAIS MULHERES NA POLÍTICA.

Eu vejo a mulher de forma diferente: ela é mais dada, mais concentrada, mais atenta, e isso são características femininas.

Homem, CD, 25-45 anos, São Gonçalo dos Campos (BA).

”

Ao mesmo tempo, alguns/algumas participantes levantaram preocupações sobre uma potencial limitação das áreas de atuação dos/as políticos/as negros/as e LGBTQI+, considerados/as representantes dos interesses de seus próprios grupos, mas não necessariamente da população em geral. Por exemplo, uma participante manifestou que apoiaria políticos/as negros/as e LGBTQI+, desde que representassem os interesses de todos. Como ela explicou:

“

A MULHER TEM QUE SE ENGAJAR

mais no meio desses sistemas políticos, a mesma situação do negro e do LGBT, o que a gente acredita é que entrem pessoas que pensem em todo mundo, num conjunto, não só neles, no negro e no LGBT.

Mulher, AB, 25-45, São Paulo (SP).

”

Em suma, o menor esforço dos partidos políticos em recrutar mulheres e, em particular, mulheres negras, é um dos fatores que explicam a sub-representação de mulheres e grupos raciais marginalizados como candidatos/as. Mesmo assim, existe uma demanda eleitoral por candidatos/as desses grupos, especialmente entre eleitoras mulheres e as gerações mais jovens. O eleitorado apoia especialmente as candidatas do sexo feminino. Embora o apoio às cotas para candidatos/as negros/as e LGBTQI+ seja menor do que para mulheres, a demanda por candidatos/as de grupos marginalizados ainda encontra apoio de, pelo menos, um terço dos/as eleitores/as.

3

Campanhas Eleitorais

Campanhas exigem altos montantes de recursos financeiros e de capital político. Desde dinheiro para custear transporte, pessoal e material de campanha, até contatos (capital social) que permitam que candidatos/as sejam apresentados/as a líderes comunitários/as e associações, que lhes ajudem a conseguir votos. A distribuição desigual de recursos contribui para as diferenças nos índices de eleição entre os grupos.

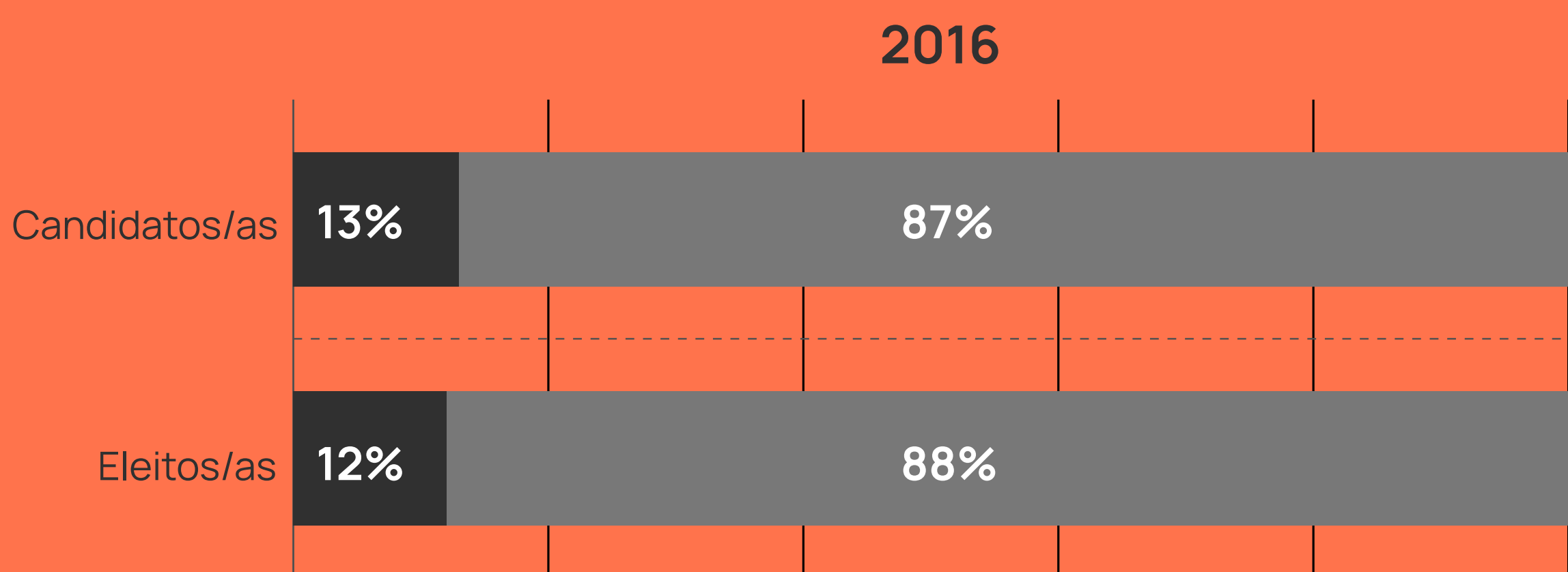
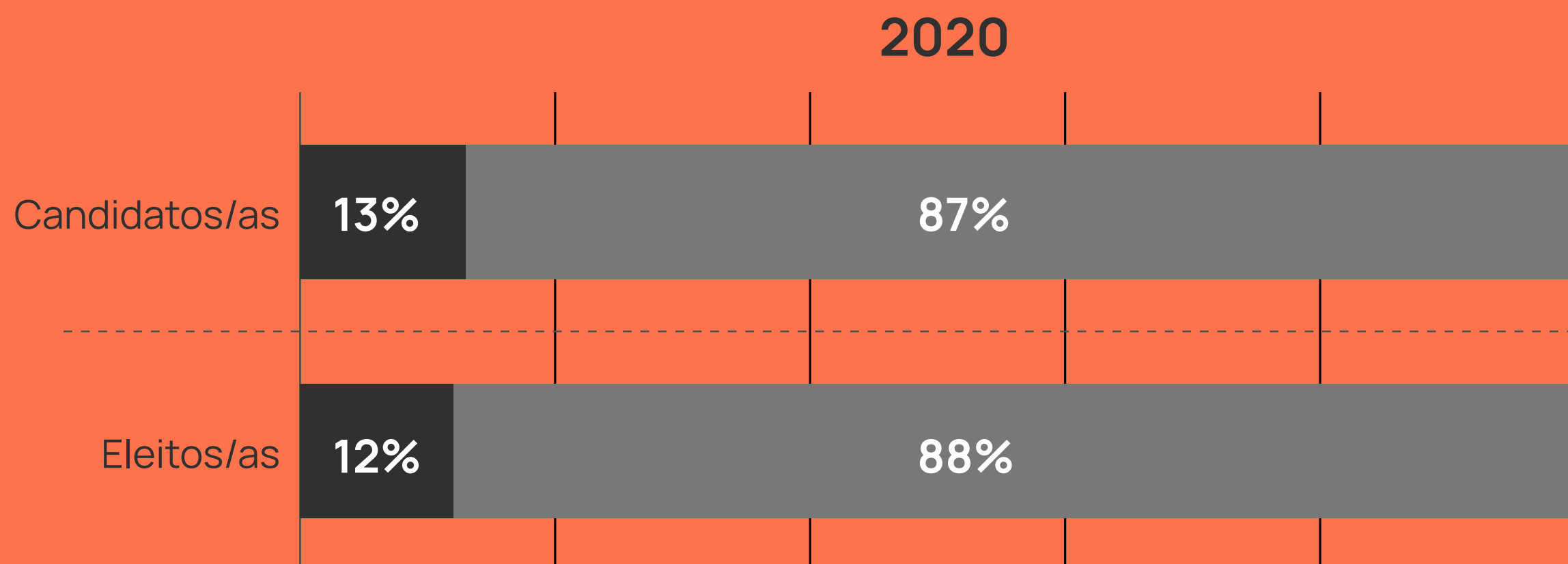
Em 2020, 87% dos candidatos/as a prefeito/a eram homens, assim como 88% dos/as prefeitos/as eleitos/as. Os números quase idênticos de homens em candidaturas e eleitos/as para o cargo significa que a taxa de sucesso das candidatas a prefeita é aproximadamente igual à dos homens.

Em contraste, embora o desequilíbrio de gênero entre os candidatos/as à Câmara Municipal seja menor do que o dos cargos executivos locais, a taxa de sucesso das mulheres é significativamente pior nas disputas pelas legislaturas locais. Ou seja, as disparidades de gênero aumentam entre as candidaturas e aqueles/as que são eleitos/as para as Câmaras Municipais, o que significa que há uma proporção maior de homens eleitos do que a proporção de homens indicados. Especificamente, 66% dos candidatos/as a vereadores/as locais eram homens, mas os homens constituem 84% dos/as vereadores/as eleitos/as.

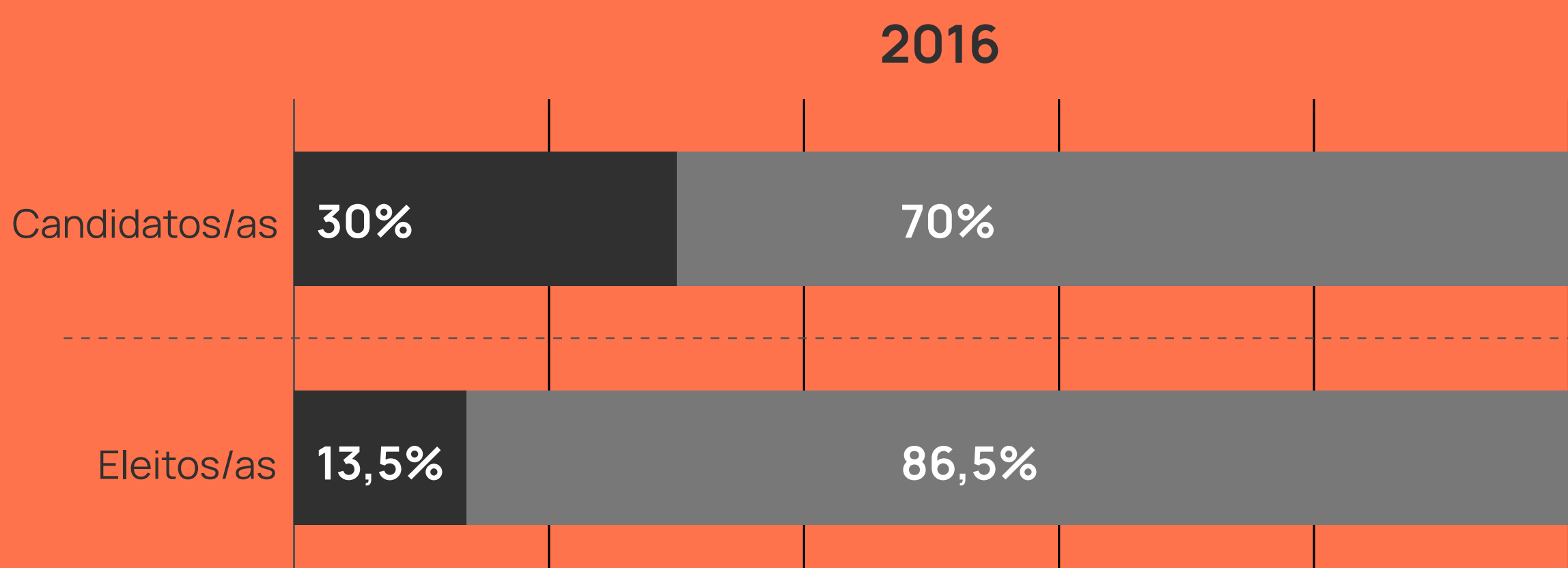
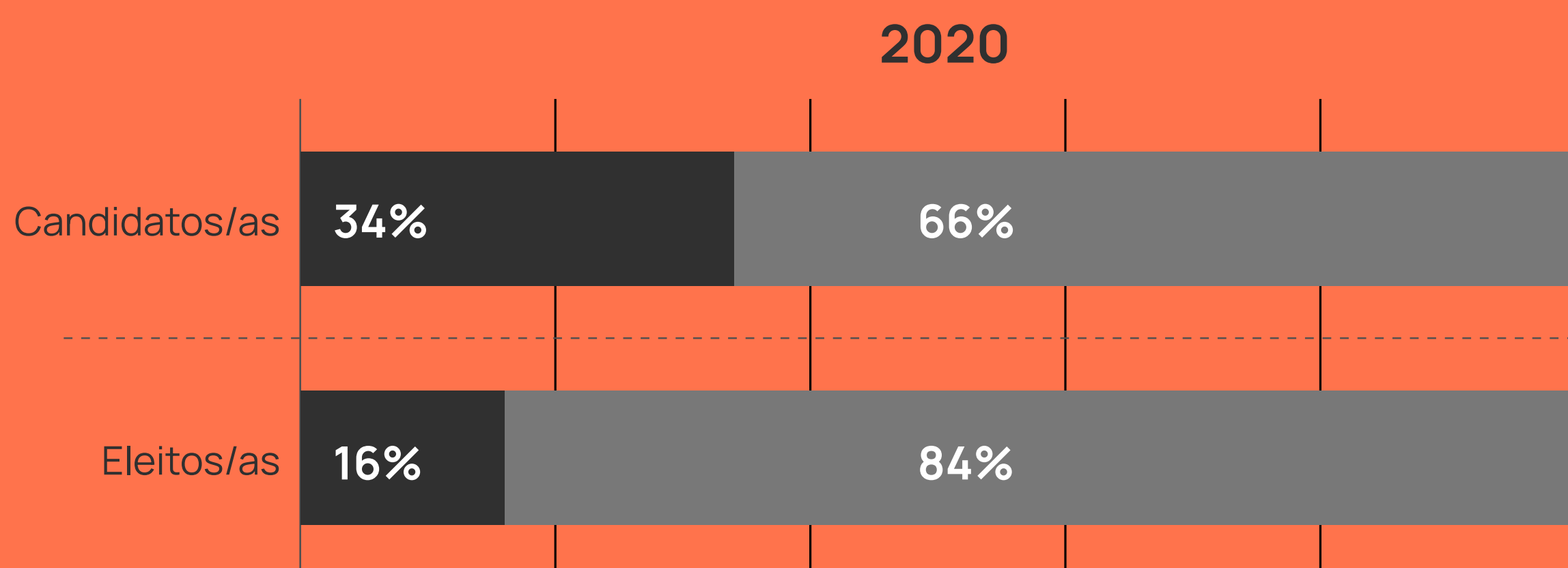
Em outras palavras, embora existam, proporcionalmente, mais candidatas mulheres concorrendo e sendo eleitas nas eleições para vereador/a do que nas disputas para prefeito/a, sua taxa de sucesso é significativamente menor nas disputas para as legislaturas locais. Em termos gerais, para cada 100 mulheres candidatas às Câmaras Municipais, cerca de cinco são eleitas, enquanto para cada 100 homens, 14,5 são eleitos. Esses resultados reforçam a ideia de que o acesso à política ainda é desigual e muda lentamente, mas as disputas por Prefeituras não aumentam a desigualdade na representação entre os estágios de candidatura e eleição (**ver Figura 5**).

FIGURA 5. Percentual de candidatos/as e eleitos/as, por gênero (TSE 2020, 2016).

Candidatos/as eleitos/as prefeitos/as



Candidatos/as eleitos/as vereadores/as

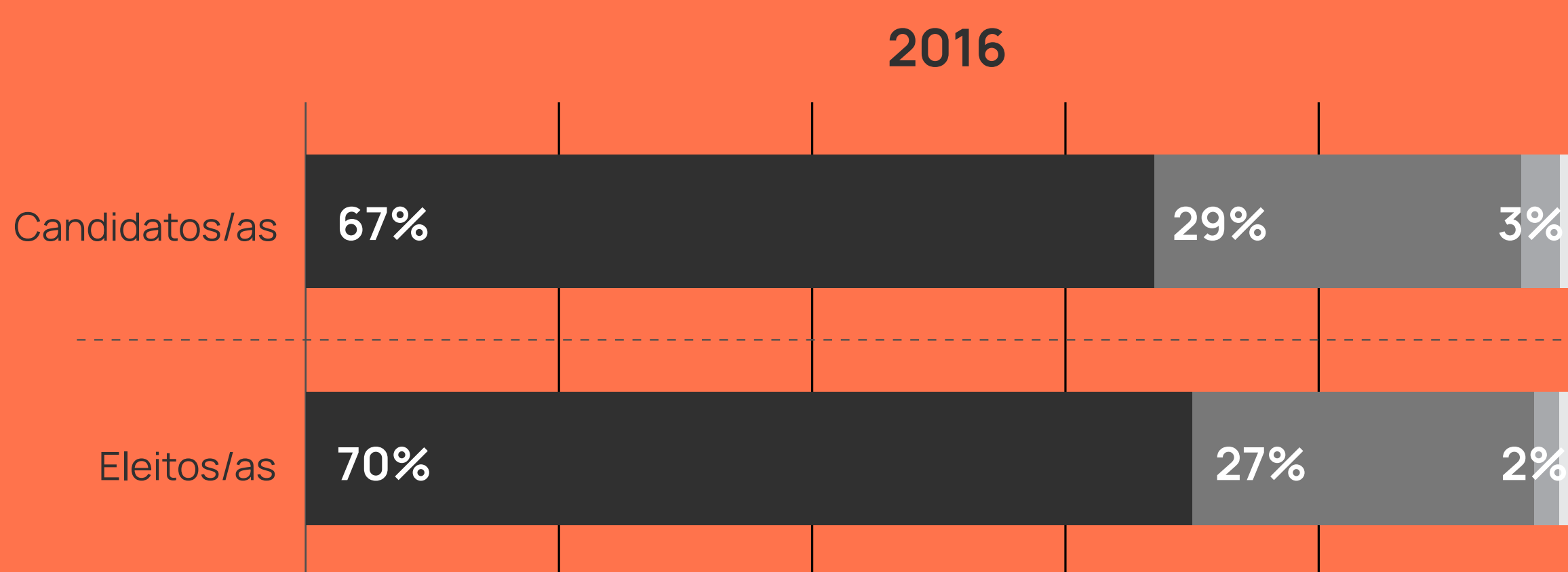
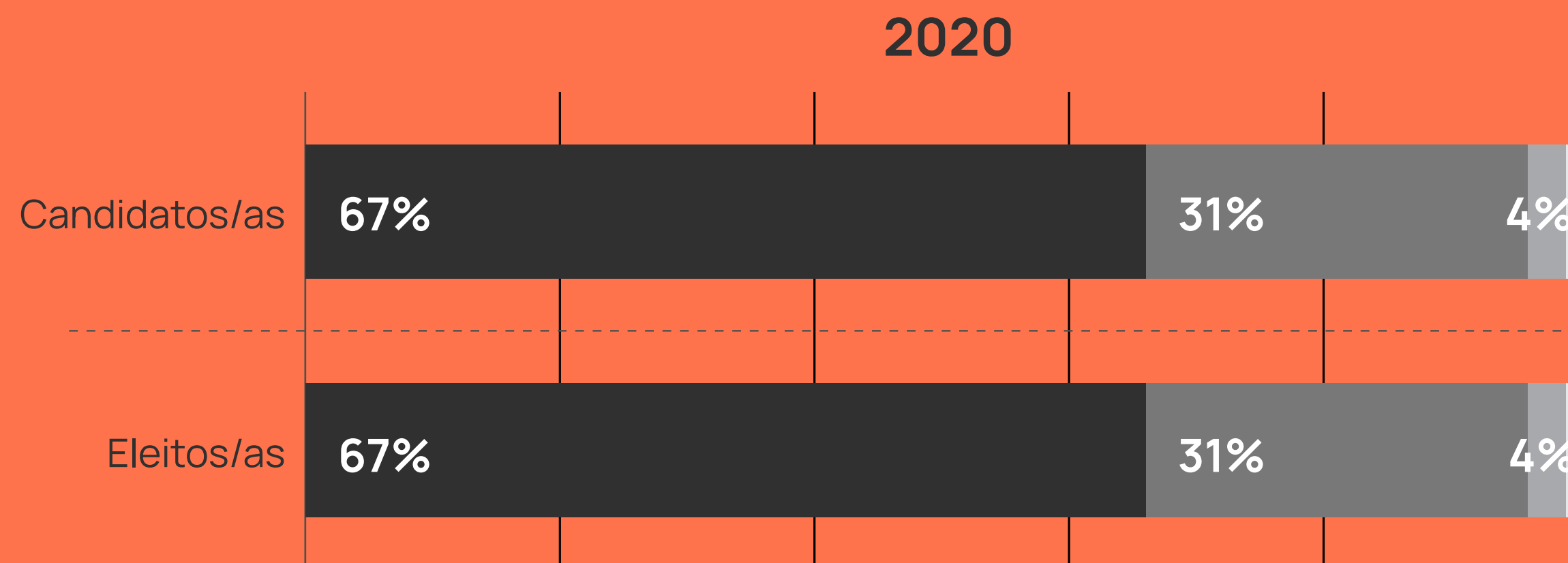


■ Mulheres ■ Homens

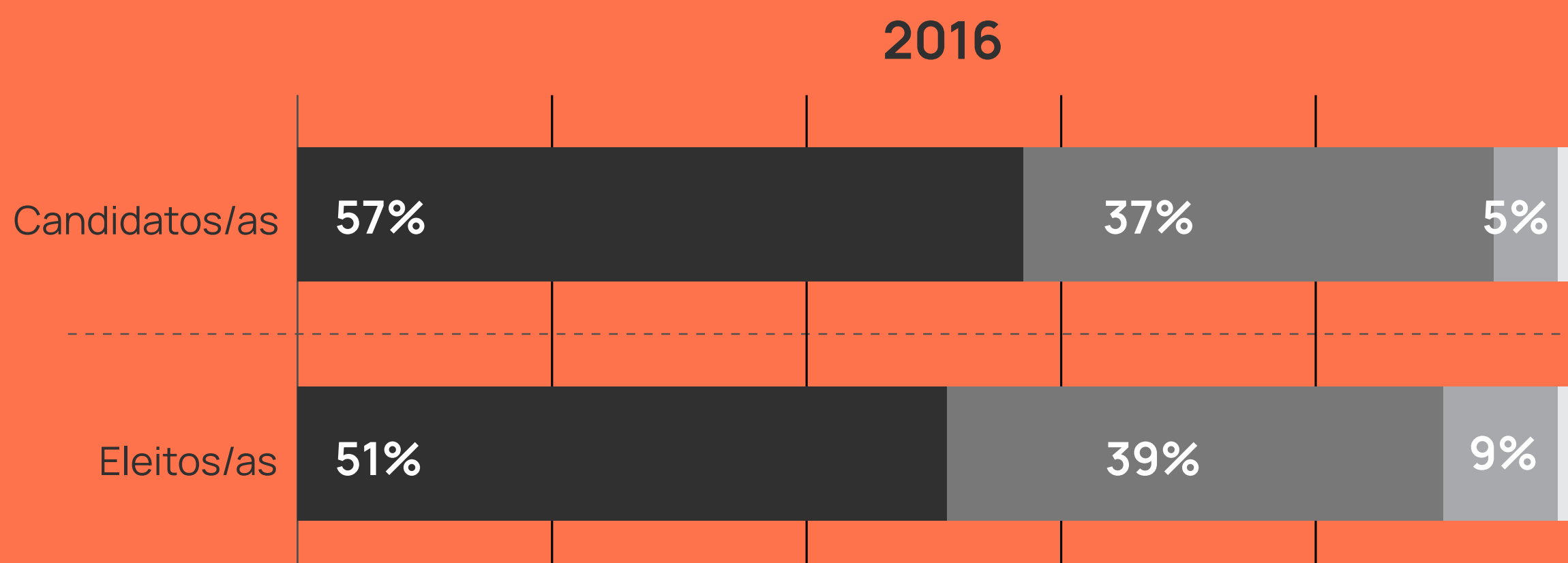
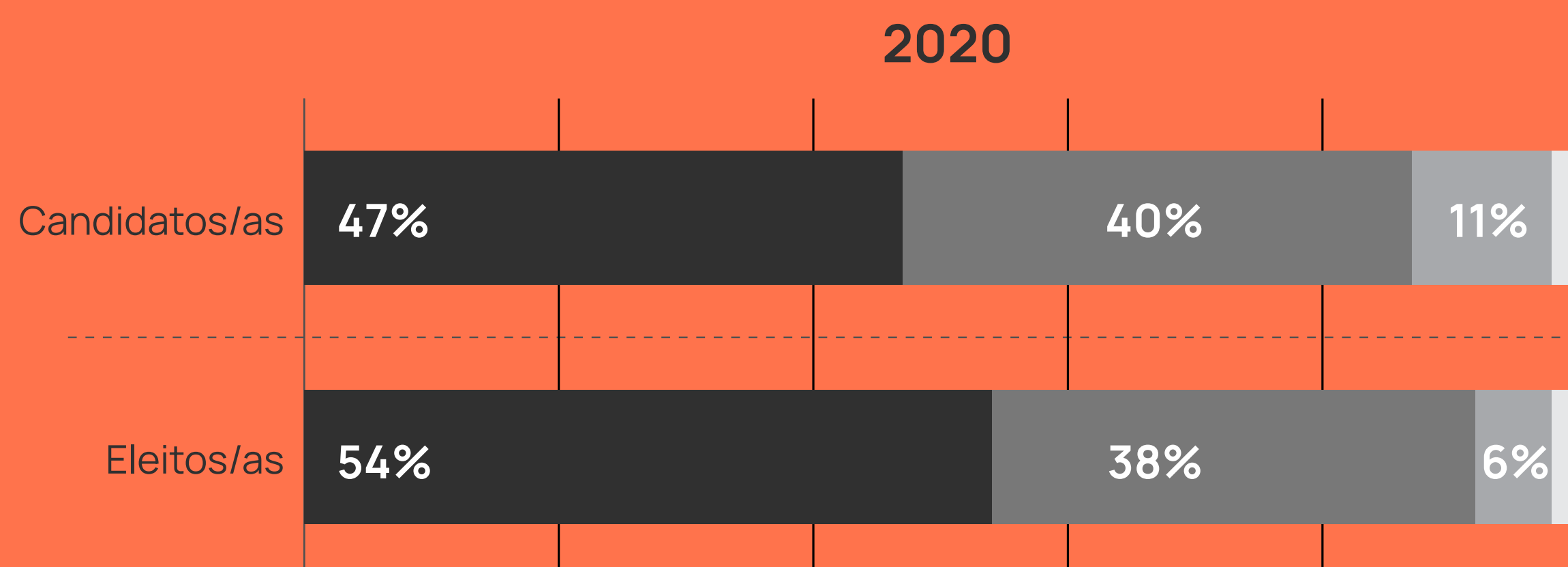
A distribuição racial dos/as eleitos/as para prefeito/a também é desequilibrada (**ver Figura 6**). Cerca de 67% dos/as prefeitos/as eleitos/as, em 2020, se identificaram como brancos/as, quase 30% como pardos/as, 2% como pretos/as e uma pequena minoria como amarelos/as ou indígenas. Esses percentuais são comparáveis à composição dos/as candidatos/as a prefeito/a, o que significa que a taxa de sucesso por grupo racial também é semelhante entre os grupos raciais. Além disso, os percentuais de prefeitos/as por grupo racial não são muito diferentes de 2016.

FIGURA 6. Percentual de candidatos/as e eleitos por raça/etnia (TSE 2020, 2016).

Candidatos/as eleitos/as prefeitos/as



Candidatos/as eleitos/as vereadores/as



■ Brancos/as ■ Pardos/as ■ Negros/as ■ Asiáticos/as ou Indígenas

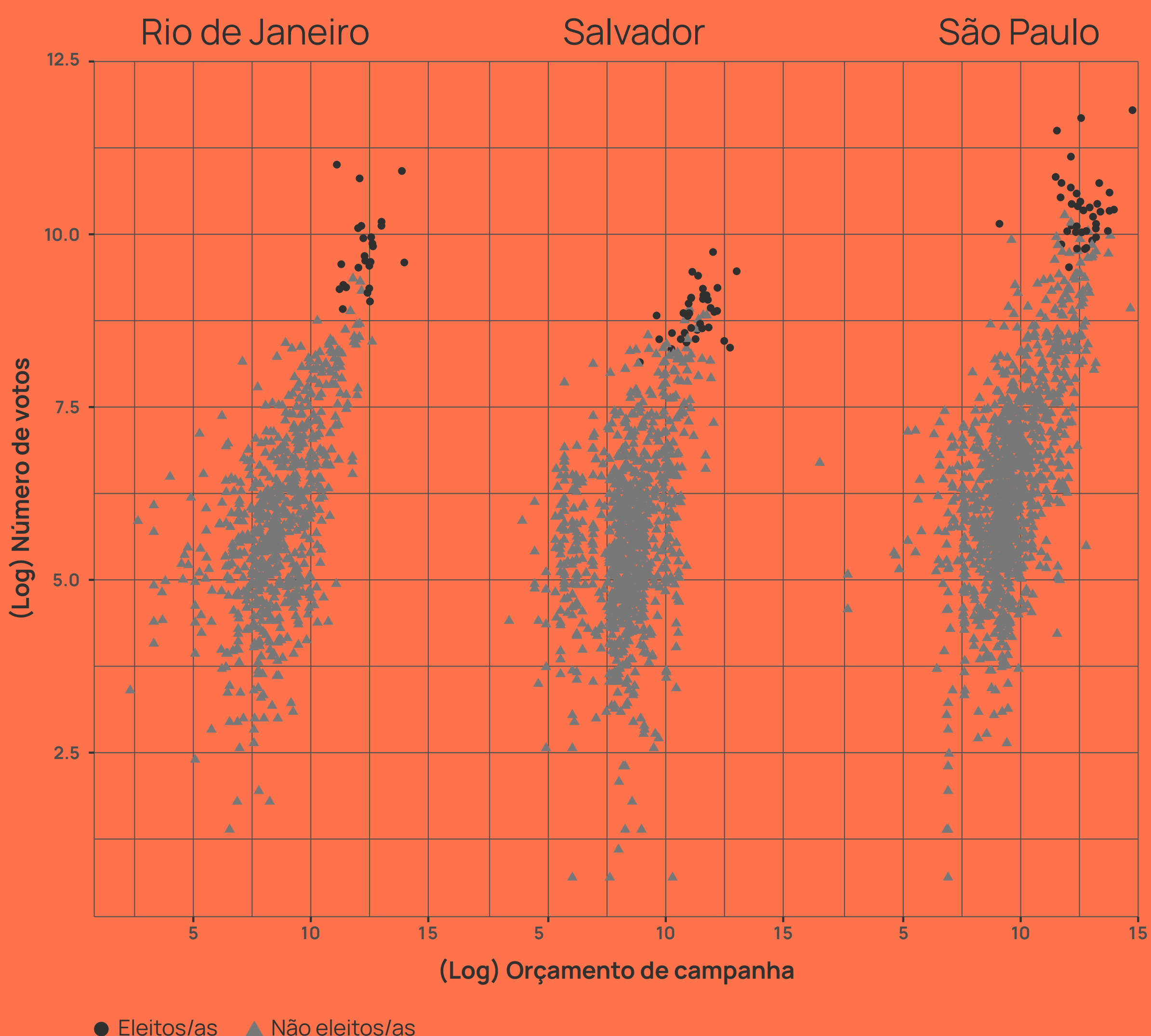
Em contraste, as disputas por assentos nas Câmaras Municipais aumentam os desequilíbrios raciais entre os estágios de candidatura e eleição, semelhante aos padrões das diferenças de gênero. Especificamente, embora 47% de todos/as os/as candidatos/as às Câmaras Municipais sejam identificados/as como brancos/as, esse percentual sobe para 54% quando olhamos para os/as vereadores/as eleitos/as. Entre os/as candidatos/as pardos/as e pretos/as, no entanto, o percentual diminui de 40% de todos/as os/as candidatos/as, para cerca de 38% dos/as candidatos/as eleitos/as entre aqueles/as que se identificam como pardos/as, e de 11% para 6% entre os/as candidatos/as pretos/as. Esses percentuais entre os/as eleitos/as são, na verdade, menos desequilibrados do que em 2016, quando 57% se identificaram como brancos/as, 37% como pardos/as e 5% como pretos/as.

Essas diferenças raciais e de gênero na composição dos/as vereadores/as eleitos/as se acumulam quando fazemos uma análise interseccional, levando em consideração gênero e raça. Enquanto 30% de todos os/as candidatos/as às Câmaras Municipais, em 2020, eram homens brancos, este grupo compõe 44% dos vereadores eleitos. O percentual também aumenta, entre os homens pardos: de 27%, para 33%. Entre os homens que se autodeclararam pretos, a proporção cai de 7% do total de candidatos/as, para 5,3% dos/as eleitos/as. Isso indica que os homens brancos são o grupo de candidatos/as com maior sucesso eleitoral, seguido pelos homens pardos.

Em contraste com os resultados das eleições para vereador/a, as disputas para prefeito/a não aumentam muito as diferenças na composição combinada de gênero e raça dos/as prefeitos/as eleitos/as *vis-à-vis* a composição de todos/as os/as candidatos/as a prefeito/a, com exceção das mulheres pretas, que representam 4% de todos/as candidatos/as e apenas 0,18% dos/as prefeitos/as eleitos/as – um total de 10 nos 5.570 municípios brasileiros. Esse resultado reforça a ideia de que, apesar da composição demográfica desigual dos/as candidatos/as a prefeito/a, quando políticos/as de grupos marginalizados alcançam o *status* de candidato/a do partido a prefeito/a, sua performance eleitoral é semelhante às de seus/suas homólogos/as, apesar de outras dificuldades específicas que possam enfrentar.

Um motivo importante pelo qual candidatos/as de diferentes gêneros e raças registram taxas semelhantes de sucesso eleitoral em disputas para prefeito/a são os recursos a que têm acesso – ou seja, o dinheiro e outras formas de capital político. A **Figura 7** mostra a relação entre os fundos de campanha e o número de votos obtidos pelos/as candidatos/as a vereadores/as nas três maiores cidades do Brasil. Em média, os/as candidatos/as com mais dinheiro recebem significativamente mais votos, e quase todos os/as candidatos/as eleitos/as tinham financiamento de campanha mais altos.

FIGURA 7. Associação entre fundos de campanha e número de votos (TSE 2020).



A forte correlação positiva indica que o dinheiro é importante. Se o acesso a recursos explica as taxas equivalentes de sucesso mesmo de candidatos/as de grupos marginalizados nas disputas para prefeito/a, não devemos esperar que candidatos homens brancos tenham mais recursos do que mulheres brancas, pretas e pardas e homens pretos e pardos. Na verdade, as prestações de contas dos/as candidatos/as a prefeito/a, de 2020, sugerem que as mulheres contaram com maiores financiamentos que os homens: o gasto médio de campanha entre as candidatas a prefeita foi de cerca de R\$ 75 mil e, entre os homens, de R\$ 49 mil.

Em contraste, quando olhamos para as disputas para a Câmara Municipal, as diferenças nos gastos de campanha são um pouco maiores para os homens, embora em 2020 tenha ocorrido uma redução neste diferencial. A diminuição dessa lacuna pode ser produto da reserva de 30% dos fundos partidários para candidaturas de mulheres, estabelecida em 2018. Em 2020, o TSE também determinou que os partidos deveriam reservar recursos públicos de campanha para candidatos negros/as (de acordo com o percentual de suas candidaturas).

Essa decisão parece ter ajudado a reduzir a distância entre candidatos/as brancos/as e negros/as. A combinação de decisões judiciais para reservar fundos de campanha para mulheres e negros/as pode ter afetado particularmente as mulheres pretas e pardas, que tinham, em média, os financiamentos de campanha mais baixos entre os grupos de candidatas às Câmaras Municipais.

A pequena diferença entre homens e mulheres que existe na média de financiamento de campanha entre candidatos/as às Câmaras Municipais é impulsionada principalmente por candidatos/as não incumbentes, que não foram eleitos/as no último pleito. Incumbentes dispõem de financiamentos de campanha significativamente maiores do que os/as candidatos/as não incumbentes, mas a diferença entre incumbentes homens e mulheres não é grande e, inclusive, favorece um pouco as mulheres. Esses resultados corroboram a ideia de que os/as líderes partidários/as favorecem os/as incumbentes por meio da alocação de recursos. Na realidade os/as líderes partidários/as, em nível local, são, na maioria das vezes, os/as mesmos/as incumbentes que recebem esses fundos, ou seja, a alocação do financiamento acaba os favorecendo. Dado esse contexto, a maioria dos/as candidatos/as estreates enfrenta uma batalha bastante difícil.

A desigualdade no apoio recebido dos partidos também ficou evidente nas entrevistas feitas com candidatos/as. Ainda que em escalas diferentes, quase todos os/as 51 candidatos/as entrevistados/as mencionaram uma relação difícil com seus respectivos partidos. Como algumas de nossas entrevistadas relataram, a relação com o partido pode ser caracterizada em três fases: primeiro, os partidos querem parecer atraentes para candidatas em potencial – para cumprir a cota de gênero, apresentam-se como apoiadores dos objetivos políticos dessas mulheres, mencionando explicitamente como ingressar no partido significará receber não apenas apoio financeiro para a campanha, mas também atenção da liderança. Essa primeira interação positiva leva a um segundo momento: um compromisso sério, no qual a mulher concorda em ingressar em um determinado partido e fazer parte de sua lista de candidatas.

Entretanto, depois de ajudar o partido a cumprir seus compromissos legais com a cota de gênero, surge um terceiro período na relação entre as candidatas e partidos: um momento de “abandono”, no qual os recursos e apoios prometidos não são entregues. Como algumas de nossas entrevistadas afirmaram, uma vez que já haviam se filiado e garantido suas indicações, os/as líderes partidários/as as “traíram”. Algumas candidatas chegaram a mencionar que nunca tiveram acesso aos fundos do partido. O financiamento que foi prometido a Maria Lúcia, por exemplo, nunca chegou à sua campanha; o partido lhe forneceu material impresso (ou seja, panfletos), mas ela teve que recorrer a seus próprios recursos para cobrir todos os outros custos de campanha. Como ela explicou:

“

TEM O FUNDO PARTIDÁRIO,
que nunca saiu. Hoje, já estamos há 12 dias para as eleições, então o Fundo Partidário não saiu. Pela coligação foi feito o material para trabalhar, os santinhos. E o restante está saindo do meu bolso, por exemplo, gasolina; tem que andar, fazer carreata.

Professora Maria Lúcia, 52, parda, sem iniciativa de apoio, Trindade (GO), PT.

”

Embora a cota de gênero incentive os partidos a recrutar especificamente candidatas, essa lógica da dinâmica de mudança da relação entre os partidos e estreantes na política pode ser aplicada de forma mais ampla. Ou seja, embora os partidos possam dizer estar dispostos e abertos a receber novos/as candidatos/as, eles podem não estar tão dispostos a fornecer o apoio necessário para tornar essas candidaturas competitivas – algo que afeta a viabilidade eleitoral dos/as candidatos/as estreantes.

Mas os partidos não têm o monopólio na definição das perspectivas eleitorais dos candidatos/as: são os/as eleitores/as quem têm a palavra final sobre quem é eleito/a. Em média, candidatos/as de grupos marginalizados recebem menos votos do que os homens brancos. Por exemplo, nas últimas três eleições locais, cerca de 10% das candidatas receberam 5 votos ou menos. Essa porcentagem é muito maior que entre os homens (que varia entre 1% e 2,4%) no mesmo período, o que sugere que algumas dessas candidaturas podem ser o que estudiosos/as e observadores/as de gênero chamam de *laranjas* ou candidatos/as fantasmas, nomeadas com o único objetivo de cumprir a lei de cotas (Gatto e Wylie 2021; Wylie, dos Santos, e Marcelino 2019).

Contudo, a capacidade de mulheres e negros/as de angariar votos está inerentemente ligada ao nível, em média, mais baixo de recursos que conseguem investir em suas campanhas. Sendo assim, uma avaliação dos votos dos/as candidatos/as não nos diz muito sobre a disposição dos/as eleitores/as em votar em candidatos/as de grupos marginalizados. Ou seja, dadas as condições de campanha desiguais, os resultados não nos informam até que ponto os/as eleitores/as estão dispostos/as a apoiar candidatos/as com características específicas, porque não é possível isolar o papel que os recursos e atividades de campanha desempenham ao influenciar a decisão do/a eleitor/a sobre qual candidato/a apoiar.

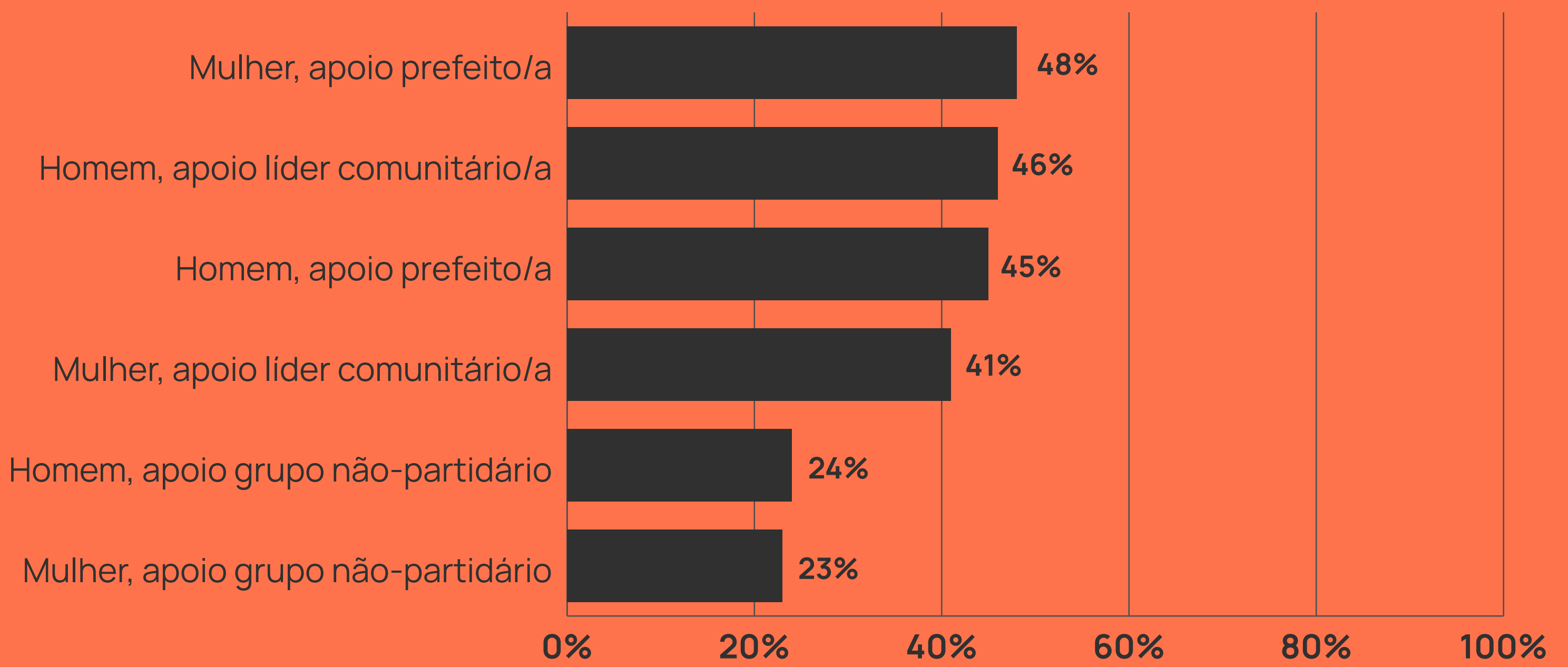
Para avaliar com maior precisão como as características de um/a candidato/a influenciam as opiniões dos/as eleitores/as, apresentamos, na pesquisa aplicada pelo Datafolha, aos/às entrevistados/as o perfil de um/a candidato/a hipotético/a e pedimos que eles/as avaliassem suas chances de vitória, além de responder se votariam nele/a. Nossos resultados sugerem que, em geral, os/as eleitores/as percebem os/as candidatos/as de grupos marginalizados como viáveis eleitoralmente – um aspecto que, por sua vez, é um determinante importante da escolha do voto. Ainda assim, nos grupos focais, os/as eleitores/as argumentaram que, embora estivessem dispostos a votar em candidatos/as de grupos marginalizados, eles/as consideravam que os/as candidatos/as do status quo (homens e brancos) tinham maior probabilidade de vencer.

Alinhados/as a essa percepção, os/as eleitores/as reconhecem que ter o apoio do/a prefeito/a aumenta a viabilidade eleitoral de um/a candidato/a. Como explicou uma participante de um grupo focal: “Se o prefeito fosse uma pessoa boa, eu votaria no candidato do prefeito, porque o apoio ajuda sim” (Mulher, CD, 25-45 anos, Monte Mor, SP). Ter o apoio do/a prefeito/a parece ser particularmente importante para candidatas mulheres, aumentando a percepção dos/as eleitores/as sobre sua viabilidade de 41% (ao contar com o apoio de um/a líder comunitário/a), para 48% (ao contar com o apoio do/a prefeito/a) – o que faz com que as mulheres, nesta última situação, superem os candidatos/as homens em termos de sua viabilidade percebida (**ver Figura 8**).

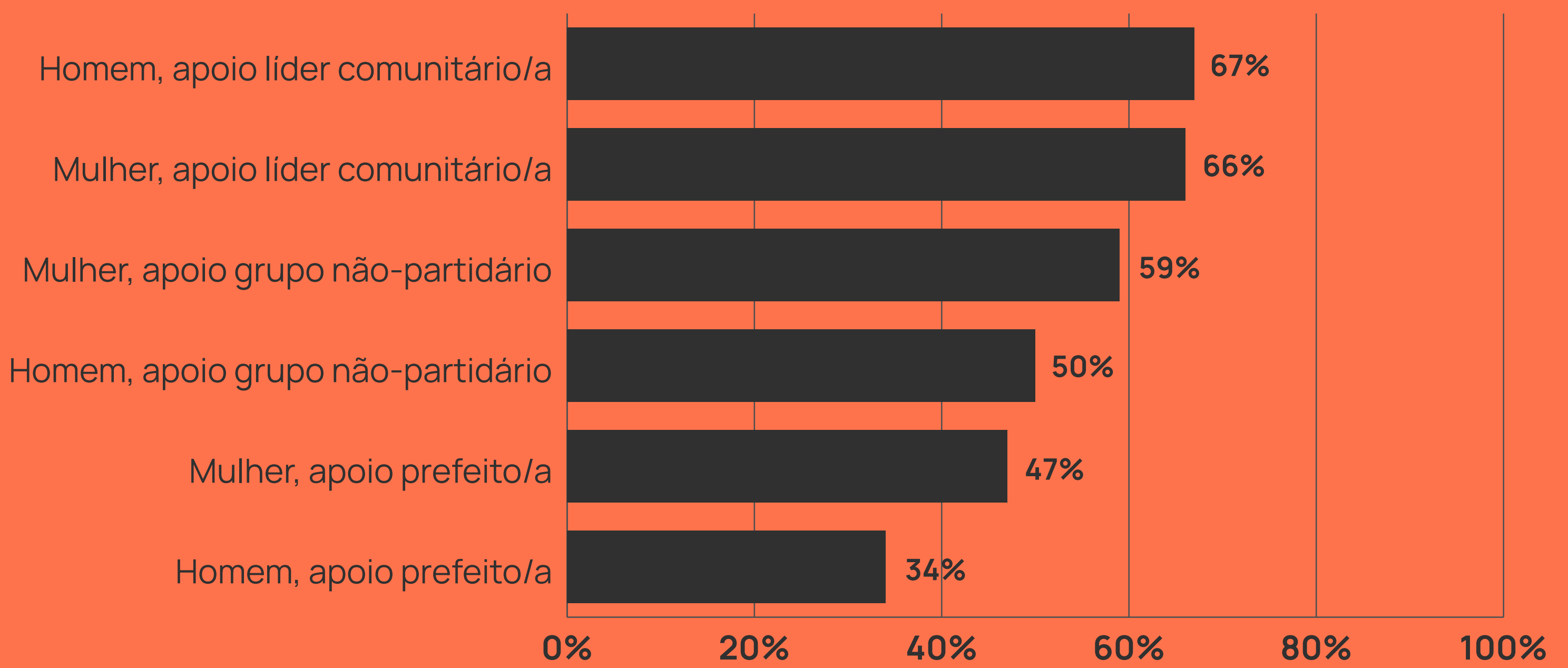
Por outro lado, os/as entrevistados/as relataram o nível mais baixo de entusiasmo em relação a candidatos/as apoiados/as pelo/a prefeito/a, em especial o candidato homem (**ver Figura 8**). Em contraste, tanto o candidato homem quanto a mulher descritos/as como tendo o apoio de um/a líder comunitário/a receberam o maior nível de intenção eleitoral. Especificamente, dois, em cada três entrevistados/as, disseram que considerariam votar em um candidato/a apoiado por um/a líder comunitário/a. Os baixos níveis de intenção de voto hipotética para candidatos/as apoiados/as pelo/a prefeito/a são, pelo menos em parte, um produto da baixa confiança do eleitorado nas elites e instituições políticas tradicionais. Por sua vez, altos índices de apoio a candidatos/as endossados por líderes comunitários/as enfatizam a proximidade como um critério importante usado pelos/as eleitores/as para selecionar candidatos/as para cargos locais.

FIGURA 8. Viabilidade eleitoral e intenção de voto, por gênero dos candidatos/as e tipo de apoio (Datafolha 2020).

Viabilidade eleitoral



Intenção de voto



Em suma, os dados das pesquisas de opinião e grupos focais sugerem que os/as eleitores/as estão realmente dispostos/as a apoiar as candidaturas de estreantes na política, mesmo que percebam as elites tradicionais como mais viáveis eleitoralmente. Nas eleições municipais, os/as eleitores/as parecem particularmente favoráveis aos/às candidatos/as com proximidade ao contexto local. De modo geral, nossas análises também sugerem que os/as eleitores/as muitas vezes utilizam o gênero e a raça dos candidatos/as como atalhos para avaliá-los/as como estreantes políticos/as comprometidos com áreas, causas sociais e grupos específicos – algo que pode ser eleitoralmente benéfico para esses candidatos/as.

Porém, não é somente através das urnas que os/as eleitores/as podem moldar as experiências eleitorais dos candidatos/as. Ao longo do período de campanha, a interação corpo a corpo dos/as eleitores/as com candidatos/as de grupos marginalizados revela um obstáculo adicional às suas campanhas, especialmente para as mulheres: o assédio. Embora o assédio não esteja, necessariamente, diretamente associado às perspectivas eleitorais das mulheres, a maior probabilidade de elas enfrentarem a violência durante uma campanha pode restringir sua atividade e, por sua vez, impactar suas chances eleitorais. Como indicam nossas entrevistas pós-eleitorais, as interações violentas com alguns/algumas eleitores/as não foram incomuns. Por exemplo, como Ludmila e Carla relataram:

“

FOI LEGAL A EXPERIÊNCIA,

assim, muita gente parava, ouvia e tal, mas eu também passei em lugares que tinham caras que ficavam fazendo gestos, como gesto de uma vulva, ou apontando pro próprio...

Ludmila Rosa, 32, parda, Goianas na Urna, Goiânia (GO), AVANTE.

NÓS, COMO MULHERES,

temos que deixar de ser um pedaço de carne, porque, em alguns momentos, nós somos assediadas, mas a gente tira de tempo, esquiva-se daqui, esquiva-se dali. Quando chega para esse corpo a corpo, a gente sente muito, sorriso, o olhar de cima a baixo. De uma forma ou de outra, a gente é intimidada pelo olhar. A gente precisa trabalhar muito mais esta questão do assédio, do olhar.

Carla Chirlene, 37, sem raça declarada, (Re)presente UFBA, Valença (BA), REDE.

”

A violência contra as mulheres na política apresenta um obstáculo adicional para a sua campanha e, potencialmente, um desencorajamento para a entrada das mulheres na política, com a capacidade de dissuadir as aspirações políticas de líderes promissoras. O problema é ainda pior quando se trata de candidatas trans.

4

Iniciativas de Apoio ao Candidato/a

As iniciativas de apoio a candidatos/as são um novo ator na política brasileira. A partir de 2018, várias iniciativas não partidárias surgiram para apoiar candidatos/as. Essas iniciativas variam amplamente quanto ao público-alvo, cobertura territorial, nível de institucionalização, recursos, ideologia e serviços oferecidos. Apesar disso, dois aspectos fundamentais as unem: 1) seus esforços para promover a “renovação política” por meio de candidaturas de estreantes na política (como candidatos/as pela primeira vez ou aqueles/as que foram anteriormente malsucedidos); e 2) sua ênfase em manter distância dos partidos políticos.

Essas iniciativas se enquadram nas definições clássicas de organizações da sociedade civil, no sentido de que são organizações sem fins lucrativos, fundadas por cidadãos/ãs que prestam serviços a seus/suas membros/as e a terceiros. No entanto, elas são diferentes das organizações não governamentais clássicas: sua missão de interferir nos processos de recrutamento e preparação de candidatos/as e apoio à campanha significa que muitas das atividades que realizam são semelhantes às dos partidos políticos. Essas características únicas diferenciam as iniciativas de apoio a candidatos/as de outros tipos de organizações sem fins lucrativos e as tornam um novo tipo de instituição na política eleitoral brasileira.

Enquanto algumas iniciativas estão abertas a aspirantes de todos os gêneros, raças, idades, classe e regiões, muitas outras têm como alvo aspirantes de grupos sociodemográficos específicos. Em particular, nossos esforços para mapear iniciativas de apoio a candidatos/as no Brasil sugerem que a maioria se concentra nas mulheres, seguidas por pessoas negras/as. Menos frequentes são as iniciativas que visam segmentos dentro de um grupo (por exemplo, mulheres negras) ou que buscam promover as candidaturas de jovens, pessoas LGBTQI+ e pessoas de classes de menor renda.

Embora recente no Brasil, a ideia de utilizar programas de treinamento e apoio a candidatos/as como forma de promover as candidaturas de estereantes na política e grupos sub-representados não é nova. Nos Estados Unidos, muitas dessas iniciativas já operaram há algumas décadas. Por exemplo, a Emily's List, uma organização criada para apoiar as candidaturas de mulheres dentro do Partido Democrata, foi fundada em 1985. Atualmente, existem pelo menos 600 iniciativas desse tipo nos EUA para treinar, apoiar e promover as candidaturas de mulheres (Kreitzer e Osborn 2019) – além de muitas outras para promover a eleição de grupos raciais e étnicos marginalizados, jovens e pessoas LGBTQI+.

Ao contrário de suas equivalentes norte-americanas, as iniciativas que operam agora no Brasil funcionam em grande parte em paralelo com os partidos políticos. Tendo surgido em um contexto de desilusão política de boa parte da sociedade, especialmente em relação aos partidos, essas iniciativas funcionam com ceticismo em relação à “política tradicional”. Assim, manter distância dos partidos acaba sendo fundamental para o ethos de muitas dessas iniciativas.

No entanto, os partidos políticos são elementos centrais na política eleitoral brasileira: eles são os *gatekeepers* da formação de chapas e, por meio da distribuição de recursos, podem impactar profundamente o nível de competitividade de candidaturas específicas. Operar em paralelo e independentemente dos partidos políticos pode, dessa maneira, impor limitações cruciais ao potencial das iniciativas em promover as candidaturas de seus/suas integrantes.

Além das limitações impostas pela falta de coordenação com os partidos políticos, a eficácia das iniciativas de apoio no recrutamento e eleição de candidatos/as pode variar de acordo com os diferentes tipos e níveis de apoio que elas oferecem, e, também com seu financiamento, escopo, abordagem para recrutamento e infraestrutura.

As iniciativas variam muito nesses quesitos. Por exemplo, algumas não oferecem uma interação direta com os candidatos/as, mas os apoiam oferecendo canais de mídia social para aumentar sua visibilidade. Outras iniciativas oferecem cursos *online* não personalizados para candidatos/as em potencial. Ao oferecer cursos *online*, essas iniciativas não miram em aspirantes individuais, o que lhes permite atingir centenas, ou mesmo milhares, de participantes de uma vez.

Outras iniciativas fornecem um apoio de caráter mais pragmático e, desta forma, geralmente trabalham com menos candidatos/as em potencial. Uma exceção é o RenovaBR: como a mais bem financiada das iniciativas de renovação política, ela é capaz de oferecer apoio personalizado a um grande número de aspirantes, mas prioriza menos a questão da diversidade. Outras iniciativas conseguiram reproduzir, até certo ponto, esse formato de apoio personalizado em menor escala. Por exemplo, o Vamos Juntas, criado pela deputada federal Tabata Amaral (que já participou dos programas de capacitação do RenovaBR e da RAPS), é também um programa seletivo que oferece mentoria individual, acesso a uma extensa rede de políticos/as experientes, voluntários/as de campanha treinados e apoio psicológico.

Nas eleições de 2020, o Vamos Juntas apoiou 40 candidatas, das quais 11 (27,5%) foram eleitas. Outro exemplo é a iniciativa Goianas na Urna, que também oferece treinamento exclusivo, orientação individual e voluntários/as de campanha treinados/as. Uma abordagem prática semelhante à orientação personalizada é oferecida pelo Nova Frente Negra Brasileira (NFNB), iniciativa que apoia as candidaturas de negros/as.

A variação no tamanho e nos serviços oferecidos pelas iniciativas não é apenas produto de suas diferentes abordagens e programas, mas também de seus diferentes níveis de acesso a recursos. Entre as 19 iniciativas que responderam à nossa pesquisa institucional, um pequeno número afirmou receber apoio de instituições privadas, enquanto a grande maioria declarou operar exclusivamente com base no trabalho de voluntários/as. A falta de recursos restringe a capacidade das iniciativas de construir infraestrutura e planejarem a longo prazo (e todas as 19 iniciativas que responderam à pesquisa afirmaram que planejam operar nas eleições de 2022). A falta de uma fonte estável de financiamento, relatada pela maioria das iniciativas, contrasta fortemente com o modelo do RenovaBR – e revela que este último destoa deste ecossistema emergente.

Reconhecendo a ampla variedade entre as iniciativas não partidárias de apoio a candidatos/as, é possível avaliar como elas enfrentam os principais obstáculos anteriormente identificados à representação de grupos marginalizados que ocorrem durante o recrutamento de candidatos/as e campanhas eleitorais?

As iniciativas de apoio a candidatos/as parecem desempenhar um papel fundamental no treinamento, que reitera aos/às aspirantes de grupos marginalizados (principalmente as mulheres) que eles/as estão preparados/as para concorrer e ocupar cargos políticos. O treinamento e o apoio oferecidos pelas iniciativas parecem ter sido particularmente importantes para inspirar e solidificar a confiança das mulheres em suas aspirações políticas. Como relatou uma de nossas entrevistadas:

“

ESTE CURSO, DURANTE ESSES três meses, do Instituto Alziras, foi o que me deu ânimo. Para a gente realmente se empoderar, conhecer mais um pouco da política e empoderar também outras mulheres.

Diana Campos, 38, preta, Alziras, Chapada Gaúcha (MG), PODE.

”

Embora as iniciativas pareçam ter conseguido aumentar a confiança entre seus/suas participantes, não está claro se elas são capazes de afetar apenas pessoas com aspirações políticas pré-existentes, ou se podem inspirar e despertar aspirações políticas em pessoas que, de outra forma, não teriam sequer considerado se candidatar. As iniciativas de apoio a candidatos/as não parecem ter um amplo alcance na sociedade, de modo que é provável que seus esforços atinjam principalmente um grupo limitado de aspirantes predispostos/as.

Um obstáculo fundamental para a representação de grupos marginalizados é a relutância dos/as líderes partidários/as em buscar ativamente reduzir as desigualdades na representação. As iniciativas de apoio a candidatos/as desempenham um papel limitado na abordagem deste problema.

Isso acontece porque, tradicionalmente, no Brasil, as candidaturas são um tipo de recompensa por um serviço partidário de longa data: antes de se tornarem candidatos/as, os/as aspirantes primeiro se tornam membros/as de um partido, depois servem ao partido por muitos anos enquanto ganham a confiança de seus/suas membros/as e, finalmente, são indicados/as para concorrer a um cargo.

Contudo, os/as novos/as aspirantes políticos/as que concorrem a um cargo em meio ao que tem sido considerado por alguns como uma crise de representação não percorrem esse caminho tradicional. Muitos/as agora começam a se preparar para se candidatar a cargos públicos dentro de organizações não partidárias e só então procuram um partido que esteja disposto a incluí-los nas suas chapas. Embora este processo seja motivado pelo próprio ceticismo dos/as estreantes em relação à “velha política” e aos partidos políticos, a chegada tardia dos/as aspirantes aos partidos não é algo que as iniciativas de treinamento de candidatos/as parecem estar buscando enfrentar ativamente.

Na realidade, a maioria das iniciativas de apoio a candidatos/as não têm laços estreitos com partidos políticos ou acesso a redes de líderes partidários/as poderosos/as. Possivelmente mais preocupante, entretanto, é o fato de que a desconfiança dos partidos nas iniciativas pode resultar em aspirantes treinados/as pelas iniciativas sendo vistos/as como candidatos/as menos atraentes pelos/as líderes partidários/as. Dessa forma, em vez de um benefício, a participação em uma iniciativa de apoio ao/à candidato/a pode se transformar em um obstáculo para um/a aspirante político/a. Como um de nossos entrevistados expressou:

“

COLETIVO E PARTIDOS

não é uma relação boa. Não têm a relação boa, estreita, não esperávamos assim. O tratado era uma coisa e estão agindo completamente diferente do que combinamos.

Anderson Balbino, 48, preto, NFNB, São Paulo (SP), PDT.

”

A desconfiança dos partidos em relação às iniciativas é algo que as próprias iniciativas identificam como um obstáculo aos seus esforços, mas poucas conseguiram – ou mesmo tentaram – resolver isso. O Goianas na Urna talvez seja uma exceção entre as iniciativas que completaram nossa pesquisa: reconhecendo o ceticismo dos partidos em relação às iniciativas de treinamento de candidatos/as, elas orientam todas as suas participantes sobre como explicar cuidadosamente aos/às líderes partidários/as o que é a iniciativa – e, principalmente, o que ela não é – e reiterar que participam dela para se qualificarem mais a concorrer como candidatas de seu partido, não para aprender ou fazer avançar uma agenda política específica.

Além de não melhorar os contatos dos/as candidatos/as com as elites partidárias, as iniciativas, em sua maioria, também não abordam um obstáculo importante para os/as estreantes na política: a falta de recursos financeiros. A incapacidade das iniciativas em aumentar o acesso de estreantes ao financiamento de campanha não se deve à falta de conhecimento da existência do problema. Pelo contrário: a maioria dos/as representantes de iniciativas que responderam à nossa pesquisa institucional identificou a falta de apoio partidário e acesso a recursos como um dos principais fatores que levam os/as aspirantes políticos/as a buscarem seus serviços.

Com a proibição das doações de empresas, os fundos públicos distribuídos aos partidos (o Fundo Partidário e o Fundo Especial de Financiamento de Campanha) são agora a grande fonte de financiamento de campanha. O grau de acesso das iniciativas dentro das organizações partidárias que, na maioria dos casos, é muito baixo ou inexistente, limita a capacidade de auxiliar a inserção de seus/suas participantes como figuras proeminentes (e merecedoras de financiamento) dentro dos partidos.

Com acesso limitado às elites e recursos dos partidos, as iniciativas de apoio a candidatos/as frequentemente procuram fornecer, elas mesmas, esse tipo de apoio; sem o financiamento necessário, no entanto, poucas conseguem fazê-lo de forma adequada. Mas, mesmo com acesso limitado para melhorar as chances de seus/suas candidatos/as de acessarem os fundos do partido, as iniciativas de apoio a candidatos/as ainda podem influenciar indiretamente as perspectivas de seus/suas participantes de obterem maior apoio de campanha.

Nesse sentido, uma forma pela qual o trabalho das iniciativas parece apoiar os/as candidatos/as é lhes fornecendo as informações necessárias para saber o que exigir de seus partidos. Por exemplo, uma colaboração entre A Tenda das Candidatas e Escuta Candidata forneceu orientação direta às mulheres sobre como identificar e refutar as desculpas mais comuns dos partidos para a não distribuição ou a baixa distribuição de recursos para suas campanhas.

Além disso, as iniciativas costumam fornecer a seus/suas participantes o acesso a serviços (ou seja, não exatamente financiamento) realizados por voluntários/as. Esses serviços são variados e incluem a alocação de pessoal de campanha (que é fornecido por Elas no Poder, Vote Nelas e Goianas na Urna, por exemplo); acesso a informações sobre o comportamento do/a eleitor/a e comunicação de campanha (como é o caso da Fermenta, uma iniciativa do Instituto Update, e Elas no Poder); serviços de fotografia profissional para uso em materiais de campanha (como no Grupo Mulheres do Brasil - Comitê de Políticas Públicas e Igualdade Racial); exposição a redes de ativistas e líderes comunitários/as (como no NFNB e Candidate-se); e esforços coletivos de arrecadação de fundos (como os promovidos pela Goianas na Urna).

Reconhecendo que as mulheres podem se deparar com obstáculos específicos durante suas campanhas, algumas iniciativas voltadas para as mulheres – incluindo Elas no Poder, Grupo Mulheres do Brasil e Vamos Juntas – ofereceram acesso a apoio psicológico durante a campanha eleitoral, algo que candidatas como Luana Rayalla, do Vamos Juntas, fez questão de mencionar durante sua entrevista:

“

TEVE TAMBÉM UMA PSICÓLOGA.

De tudo, o que foi mais útil acho que foi a psicóloga, porque a gente fica muito estressada. Eu já sou ansiosa por natureza, fiquei muito mais ansiosa. Mas eu fiquei assim por falta de estrutura, porque acaba que você tem que fazer tudo. E não devia ser assim. A questão burocrática, eu que tive que fazer, banco, tudo.

Luana Rayalla, 25, parda, São Gonçalo (RJ), PDT.

”

Além dos benefícios diretos garantidos por esses serviços, as iniciativas de apoio também parecem aumentar a confiança dos/as candidatos/as para executarem suas próprias campanhas de forma independente, e buscarem recursos adicionais. Por exemplo, como relatou uma entrevistada:

“

TUDO O CONHECIMENTO

que eu tive para fazer minha campanha foi com base no Vamos Juntas. A preparação da campanha e identificar os eleitores, montar planilha com quem eu tinha contato, com quem poderia ser mobilizador, procurar voluntários, tudo foi graças ao Vamos Juntas.

Luisa Zansávio, 29, branco, Vamos Juntas, Ribeirão Claro (Paraná), MDB.

”

Para pelo menos alguns/algumas candidatos/as, entretanto, esse apoio não foi o bastante. Embora as iniciativas recrutem candidatos/as e lhes prometam algum apoio de campanha, elas não têm de forma suficiente o apoio institucional, o *know-how* ou os recursos que os partidos políticos costumam ter.

Além disso, mesmo quando conta com mentorias individualizadas, a abordagem generalista das iniciativas em relação aos processos eleitorais acaba fazendo com que seu apoio nem sempre funcione para todos/as. Embora os/as líderes partidários/as saibam operar dentro da dinâmica da política eleitoral local e possam aconselhar seus candidatos/as (prioritários) sobre como maximizar suas chances no pleito, as iniciativas oferecem suporte para grupos de candidatos/as que concorrem a cargos em contextos muito diferentes e, assim, podem não ser capazes de fornecer o aconselhamento de campanha mais adequado para cada indivíduo.

Apesar desses desafios, a desconfiança dos/as eleitores/as nas elites políticas tradicionais oferece uma oportunidade para os/as estreantes na política. Além disso, as opiniões favoráveis dos/as eleitores/as em relação aos grupos marginalizados sinalizam que o desejo dos/as eleitores/as por renovação política pode ser um trunfo para mulheres, negros/as e pessoas LGBTQI+ que pretendem se eleger. Essencialmente, as discussões dos grupos focais revelam que saber que os/as candidatos/as concluíram os cursos de preparação para o cargo aumenta a disposição dos/as eleitores/as em apoiá-los/as. Em particular, os/as candidatos/as que concluem os cursos sinalizam aos/as eleitores/as que estão comprometidos/as com a população, dispostos/as a se empenhar e preparados/as para ocuparem um cargo público. Por exemplo, como alguns participantes de grupos focais disseram:

“

A MAIORIA NÃO FAZ CURSO.

Eu votaria no que fez o curso, porque ele estaria se aperfeiçoando na área. Já seria uma coisa boa para ele e para quem ia votar nele. Eu mesmo, nunca vi.

Mulher, CD, 25-45 anos, São Gonçalo dos Campos (BA).

EU APOIARIA QUEM ESTUDOU,

pois, com certeza, ele vai saber fazer.

Mulher, CD, 25-45 anos, Salvador (BA).

MEU VOTO É PARA QUEM ESTÁ

buscando melhorar para atender a população. Isso já mostra o caráter dele.

Homem, CD, 25-45 anos, São Gonçalo dos Campos (BA).

”

As análises dos dados coletados na pesquisa pós-eleitoral reforçam a ideia de que o treinamento dos/as candidatos/as é uma importante fonte de capital político. Em uma pergunta sobre quem teria mais chances de vencer entre um/a candidato/a apoiado/a pelo/a prefeito/a ou um/a candidato/a que participou de um curso de políticas públicas, cerca de 60% dos/as entrevistados/as disseram ser o/a primeiro/a. Mas, quando questionados/as em qual dos dois candidatos/as prefeririam votar, 83% dos/as entrevistados/as afirmaram que apoiariam o/a candidato/a que concluísse um curso de aprendizado sobre políticas públicas (incluindo 75% dos/as que acreditavam que o/a candidato/a apoiado/a pelo/a prefeito/a, venceria).

Embora a participação em cursos preparatórios tenha o potencial de fazer com que candidatos/as se destaquem ao olhar dos/as eleitores/as, isso só é possível se os/as eleitores/as tiverem essa informação sobre os/as candidatos/as. No entanto, nossos resultados sugerem que a população em geral desconhece a existência de iniciativas de apoio a candidatos/as. Na pesquisa pré-eleitoral, perguntamos aos/às entrevistados/as se eles/as conheciam alguma iniciativa de apoio a candidatos/as: 44% dos/as entrevistados/as disseram que sim. Embora pareça promissor, este resultado tem grandes chances de ser o produto de um mal-entendido ou influenciado pelo viés da desejabilidade social, uma vez que, entre 2.000 entrevistados/as, apenas 10 pessoas foram capazes de citar uma única iniciativa não partidária voltada para apoiar os/as candidatos/as na pergunta seguinte.

Resumindo, os/as estreantes na política estão em desvantagem na alocação de recursos partidários e outros tipos de apoio de campanha – algo que os/as torna menos viáveis eleitoralmente, mesmo que os/as eleitores/as estejam, em teoria, dispostos/as a apoiá-los/as. Embora as iniciativas estejam cientes desses problemas e algumas tenham tido sucesso em capacitar seus/suas membros/as para arrecadar mais recursos e gerenciar suas próprias campanhas, uma série de fatores minam seus esforços para resolvê-los: 1) a dificuldade no acesso e colaboração com os partidos políticos; 2) a dependência de voluntários/as e orçamentos reduzidos; e 3) a baixa visibilidade entre os/as eleitores/as.

5

Recomendações

O Brasil realizará eleições nacionais em outubro de 2022. De modo geral, as eleições nacionais abrem bem menos espaço para o sucesso de candidatos/as de grupos marginalizados, dado que o número total de assentos no Congresso e nas legislaturas estaduais é menor do que nas Câmaras Municipais, e os/as deputados/as federais em exercício dispõem de importantes vantagens eleitorais associadas ao fato de estarem no cargo. A favor dos/as novatos/as, os momentos de crise tendem a estar associados a mudanças e um aumento do interesse por novas forças políticas.

A consequência de uma maior conscientização dos/as eleitores/as da necessidade do aumento da presença de grupos marginalizados nos cargos eletivos e de uma implementação mais robusta das regras relativas à distribuição de recursos de campanha é que os partidos terão mais incentivos eleitorais e institucionais para melhorar a diversidade de suas listas de candidatos/as. Os partidos que não aproveitarem esta oportunidade para incluir e promover grupos marginalizados podem ter impactos eleitorais negativos, já que outros partidos possivelmente o farão.

Além disso, a atuação das iniciativas de apoio a candidatos/as na promoção dos/as estreantes na política e, principalmente, dos/as candidatos/as de grupos marginalizados, é um catalisador adicional para essas mudanças em curso, que devem levar a uma maior representação desses grupos. Com base em nossa avaliação da dinâmica eleitoral e das atividades dessas iniciativas em 2020, oferecemos uma série de sugestões:

- **A relação das iniciativas de apoio a candidatos/as com os partidos tem sido limitada e muitas vezes, tensa.** Essa relutância de ambos os lados coloca os/as candidatos/as apoiados/as por uma iniciativa em situações difíceis. Olhando para 2022, deve ser uma prioridade estabelecer o diálogo, estreitando laços, com os partidos.
- **Considerando a limitação de recursos, as iniciativas de apoio a candidatos/as devem concentrar seus esforços no que funciona.** Por exemplo, a eficácia dos programas focados apenas em cursos de formação parece limitada. Reduzir o escopo geográfico é um caminho promissor. Iniciativas locais não apenas podem destinar mais atenção e apoio aos/as candidatos/as, como também possuem um melhor entendimento do contexto específico das disputas eleitorais.
- **Muitas iniciativas de apoio a candidatos/as poderiam alinhar melhor seus esforços com o calendário eleitoral.** Uma preocupação comum mencionada pelos/as entrevistados/as foi a expectativa de comparecimento a aulas/treinamentos durante o período de campanha.

- **As iniciativas podem melhorar sua comunicação inicial com os/as participantes/as** sobre o que esperar – e não esperar – delas durante as campanhas.
- **Embora os/as eleitores/as expressem uma vontade de apoiar os/as candidatos/as que procuraram por treinamento**, poucos/as eleitores/as estão cientes de sua existência e têm informações suficientes sobre seus objetivos. As iniciativas poderiam fortalecer seus esforços de comunicação com a opinião pública
- **Renovação política não é, necessariamente, sinônimo de maior diversidade política.** Dessa forma, as iniciativas devem estar cientes das formas específicas em que seus programas podem estar reproduzindo desigualdades com base em gênero, raça e etnia, orientação sexual, classe socioeconômica e origem regional.
- **A violência contra as mulheres, especialmente contra as mulheres negras e trans,** é um obstáculo crescente à representação política das mulheres. As iniciativas devem estar cientes da violência política baseada em gênero ao projetar programas de treinamento e planejar seus serviços de apoio.

Obras Citadas

Avelino, George; Ciro Biderman. 2019. *Os Custos Da Campanha Eleitoral No Brasil: Uma Análise Baseada Em Evidência*. São Paulo: FGV Editora.

Bueno, Natália S.; Thad Dunning. 2017. “Race, Resources, and Representation Evidence from Brazilian Politicians”. *World Politics* 69(2): 327–65.

Bush, Sarah Sunn. 2011. “International Politics and the Spread of Quotas for Women in Legislatures”. *International Organization* 65(1): 103–37.

Campbell, Rosie; Philip Cowley. 2014. “What Voters Want: Reactions to Candidate Characteristics in a Survey Experiment”. *Political Studies* 62(4): 745–65.

Downs, Anthony. 1957. *An Economic Theory of Democracy*. New York: Harper and Row. [https://scholar.google.com/scholar_lookup?title=An Economic Theory of Democracy&author=Anthony. Downs&publication_year=1957](https://scholar.google.com/scholar_lookup?title=An+Economic+Theory+of+Democracy&author=Anthony+Downs&publication_year=1957) (September 11, 2019).

Ferreira Rubio, Delia M. 2009. “Financiamiento Político, Género, y Equidad En La Competencia Electoral”. In *Encuentro de Mujeres Parlamentarias de América Latina y El Caribe*, UNDP. [http://deliaferreira.com.ar/pdf/at-miscelanea/Financiamiento - Genero - Foro Parlamentarias Madrid 09.pdf](http://deliaferreira.com.ar/pdf/at-miscelanea/Financiamiento-Genero-Foro-Parlamentarias-Madrid-09.pdf) (October 23, 2017).

Freidenberg, Flavia. 2018. “Ellas También Saben”: Estereotipos de Género, Resistencias a La Inclusión y Estrategias Para Feminizar La Política”. *Pluradidad y Consenso* 8(35): 86–101.

Gatto, Malu A.C.; Kristin N. Wylie. 2021. “Informal institutions and gendered candidate selection in Brazilian parties.” *Party Politics*. <https://journals.sagepub.com/doi/abs/10.1177/13540688211008842>

Htun, Mala. 2004. "Is Gender like Ethnicity? The Political Representation of Identity Groups". *Perspectives on Politics* 2(3): 439–58. <http://www.jstor.org/stable/3688807>.

Htun, Mala; Juan Pablo Ossa. 2013. "Political Inclusion of Marginalized Groups: Indigenous Reservations and Gender Parity in Bolivia". *Politics, Groups and Identities* 1(1): 4–25.

Hughes, Melanie M., Mona Lena Krook; Pamela Paxton. 2015. "Transnational Women's Activism and the Global Diffusion of Gender Quotas". *International Studies Quarterly* 59(2): 357–72.

Hughes, Melanie M., Pamela Paxton, Amanda Clayton; Pär Zetterberg. 2019. "Global Gender Quota Adoption, Implementation, and Reform". *Comparative Politics* 51(2): 219–38.

Inter-Parliamentary Union. 2019. "Women in National Parliaments". <http://archive.ipu.org/wmn-e/world.htm>.

International IDEA. 2018. "Gender Quotas Database". <https://www.idea.int/data-tools/data/gender-quotas>.

Kreitzer, Rebecca J.; Tracy L. Osborn. 2019. "The Emergence and Activities of Women's Recruiting Groups in the US". *Politics, Groups, and Identities* 7(4): 842–52.

Krook, Mona Lena. 2004. "Gender Quotas as a Global Phenomenon: Actors and Strategies in Quota Adoption". *European Political Science* 3(3): 59–65.

Machado, Carlos; Luiz Augusto Campos. 2020. *Raça e Eleições No Brasil*. Porto Alegre: Editora Zouk.

Meneguello, Rachel et al. 2012. *Mulheres e Negros Na Política: Estudo Exploratório Sobre o Desempenho Eleitoral Em Quatro Estados Brasileiros*. q. Campinas: UNICAMP; CESOP; ONU Mulheres.

Murray, Rainbow. 2014. "Quotas for Men: Reframing Gender Quotas as a Means of Improving Representation for All". *American Political Science Review* 108(3): 520–32.

O'Brien, Diana Z. 2018. "'Righting' Conventional Wisdom: Women and Right Parties in Established Democracies". *Politics & Gender* 14(1): 27–55.

Phillips Griffiths, A.; Richard Wollheim. 1960. "How Can One Person Represent Another?" *Aristotelian Society Supplementary Volume* 34: 182–208.

Pitkin, Hanna Fenichel. 1967. *The Concept of Representation*. Berkeley: University of California Press.

Rezende, Daniela Leandro. 2020. *Mulher No Poder e Na Tomada de Decisões*.

Sacchet, Teresa. 2011. "Partidos Políticos e (Sub)Representação Feminina: Um Estudo Sobre Recrutamento Legislativo e Financiamento de Campanhas". In *Mulheres, Política e Poder*, ed. Denise Paiva. Goiânia: Cãnone.

Sacchet, Teresa; Bruno Wilhelm Speck. 2012. "Financiamento Eleitoral, Representação Política e Gênero: Uma Análise das Eleições de 2006". *Opinião Pública* 18(1): 177–97.

Samuels, David. 2001. "Incumbents and Challengers on a Level Playing Field: Assessing the Impact of Campaign Finance in Brazil". *The Journal of Politics* 63(2): 569–84.

Sanbonmatsu, Kira. 2002. "Gender Stereotypes and Vote Choice". *American Journal of Political Science* 46(1): 20–34.

Speck, Bruno Wilhelm; Wagner Pralon Mancuso. 2014. "A Study on the Impact of Campaign Finance, Political Capital and Gender on Electoral Performance". *Brazilian Political Science Review* 8(1): 34–57.

Wylie, Kristin N. 2020. "Taking Bread off the Table: Race, Gender, Resources and Political Ambition in Brazil". *European Journal of Politics and Gender* 3(1): 121–42.